

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica ("Grupo"), líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Telefónica S.A. ("Telefónica"), empresa *holding* do Grupo e localizada na Espanha, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, incluindo ações em tesouraria de 73,58% e 73,81%, respectivamente (nota 22).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa"). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* ("ADSs") classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange*" – "NYSE").

b) Operações

A Companhia atua na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") e autorização para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), respectivamente. Possui também autorizações para a prestação do STFC nas Regiões I e II do Plano Geral de Outorgas ("PGO"), bem como de outros serviços de telecomunicações, tais como o SCM (comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga), Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC"), especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

b.1) Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da Região III, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no PGO.

De acordo com o contrato de concessão, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025 e prevê a possibilidade de revisões em 31 de dezembro de 2015 e 2020.

A Global Village Telecom S.A. ("GVT"), controlada integral da GVT Participações S.A. ("GVTPart."), atua na prestação do STFC, SCM e de TV por assinatura (SEAC) em todo o território brasileiro. A GVT obteve junto à ANATEL, o direito para exploração do STFC na Região II do PGO e licença para operar serviços locais e de longa distância em todo o território brasileiro. Em novembro de 2006, recebeu a complementação das licenças de STFC para todas as regiões do Brasil (da qual detinha autorização para somente parte destas regiões). Com isto, passou a contar com licença de STFC para todo território nacional. A GVT dispõe ainda de licenças para prestação de SCM e de SEAC em todo o território nacional.

A GVT é a controladora integral da POP Internet Ltda. ("POP") e da Innoweb Ltda. ("Innoweb"), sociedades com sede no Brasil, que atuam no ramo de telecomunicações.

b.2) Contrato de Autorização do SMP

A Companhia explora o SMP em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas. As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos (nota 21).

As informações sobre as áreas de operação (regiões) e vencimentos das autorizações das radiofrequências são as mesmas da nota explicativa 1b2) – “Contratos de Autorização do SMP”, divulgada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

c) Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália, S.p.A.

A TELCO S.p.A. (“TELCO”) tem uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, S.p.A. (“Telecom Itália”), sendo a maior acionista dessa companhia.

A Telefónica detém controle indireto da Telefônica Brasil e a Telecom Itália detém participação indireta na TIM S.A. (“TIM”), empresa de telecomunicações no Brasil. Nem a Telefónica, nem a Telefônica Brasil e nem qualquer outra sociedade coligada à Telefónica têm qualquer influência, envolvimento ou poder de decisão sobre as atividades da TIM no Brasil e está legalmente e contratualmente impedida de exercer qualquer poder político decorrente de sua participação acionária indireta em relação às operações da TIM no Brasil. A TIM (Brasil) e a Telefônica Brasil competem em todos os mercados que atuam no Brasil em permanente tensão competitiva e, nesse contexto, assim como em relação aos demais agentes econômicos da indústria de telecomunicações, mantêm relações contratuais usuais e costumeiras entre si (muitas delas regulamentadas e fiscalizadas pela ANATEL) e/ou, conforme aplicável, de conhecimento da ANATEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), no contexto dos compromissos assumidos com esses órgãos para garantir a independência absoluta das suas operações.

Em 24 de setembro de 2013, a Telefónica realizou um acordo com os demais acionistas da TELCO, segundo o qual a Telefónica subscreveu e integralizou um aumento de capital na TELCO mediante um aporte de 324 milhões de euros, recebendo como contraprestação ações sem direito a voto da TELCO. Como resultado deste aumento de capital, a participação da Telefónica no capital com direito a voto na TELCO não foi alterada, embora sua participação econômica tenha passado a ser de 66%. Desse modo, se manteve inalterada a governança da TELCO e, portanto, todas as obrigações da Telefónica de se abster de participar ou influenciar as decisões que afetam os mercados em que ambas as empresas estão presentes.

No mesmo documento, os acionistas italianos da TELCO concederam à Telefónica a opção de adquirir a totalidade das suas ações da TELCO, cujo exercício foi condicionado à prévia obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que sejam necessárias (incluindo Brasil e Argentina).

Em 16 de junho de 2014, os acionistas italianos da TELCO resolveram exercer o seu direito de requisição de cisão assegurado pelo Acordo de Acionistas da sociedade. A cisão foi aprovada em assembleia geral dos acionistas da TELCO no dia 9 de julho de 2014 e estava sujeita à autorização prévia das autoridades competentes, inclusive do CADE e da ANATEL no Brasil.

Em 22 de dezembro de 2014 e 12 de março de 2015, a ANATEL autorizou a cisão da TELCO, uma operação que tem efeitos na operação de permuta de ações (“swap”) com a Vivendi S.A. (“Vivendi”), conforme Acórdãos nº 429/2014-CD e nº 87/2015-CD, respectivamente. Na operação de swap acordada entre a Telefónica e a Vivendi, a Vivendi trocaria a totalidade de sua participação votante e parte de sua participação não votante na Companhia por uma parcela da participação indireta detida pela Telefónica na Telecom Itália (nota 3), sujeita a determinadas condições como a proibição da Vivendi aumentar sua participação na Companhia.

Na 61ª sessão ordinária de julgamento do Tribunal do CADE, realizada em 25 de março de 2015, foi aprovada a cisão da TELCO e a operação de swap acordada entre a Telefónica e a Vivendi, sujeita à execução de acordos em controle de concentrações.

Em 24 de junho de 2015, foi concluída a operação de *swap* de ações entre a Telefónica e a *Société d'Investissements et de Gestion 108 SAS* ("FrHolding108"), por meio da qual a FrHolding108 transferiu à Telefónica ações representando 4,5% do capital social da Companhia em troca de 1.110.000.000 ações representando 8,2% das ações ordinárias da Telecom Itália, anteriormente detidas pela TELCO, subsidiária da Telefónica, nota 22.

Em 29 de julho de 2015, após o fechamento da Bolsa de Valores de Nova York (*New York Stock Exchange*) a Vivendi alienou ações preferenciais da Companhia, representando 4% de seu capital social. Nesta mesma data, foi concluída a operação de *swap* de ações entre a Telefónica e a FrHolding108. Desta forma, a partir desta data, a FrHolding108 não detém qualquer participação acionária na Companhia, nota 22.

d) Reestruturação Societária

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de maio de 2015, foi aprovada a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart. e de 675.571 ações da GVT, bem como a incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia. Em decorrência destes atos, a Companhia tornou-se a única acionista da GVTPart. e controladora indireta da GVT, POP e Innoweb, conforme divulgado na nota 3.

Concluídas as etapas mencionadas acima, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de setembro de 2015, foi apreciada a proposta de Reestruturação Societária envolvendo a Companhia, sua subsidiária integral (GVTPart.) e suas controladas indiretas (GVT e POP) de modo que ao final do processo, os serviços prestados pela GVT que não sejam enquadrados como serviços de telecomunicações serão concentrados na POP e os serviços de telecomunicações serão concentrados na Companhia.

Considerando que na implantação da Reestruturação Societária todas as sociedades envolvidas são subsidiárias integrais ou controladas indiretas da Companhia, não haverá o direito de recesso aos acionistas da Companhia (nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada), uma vez que as operações previstas não afetarão a estrutura societária e não acarretarão em aumento de capital e emissão de novas ações da Companhia.

A Reestruturação Societária somente será implementada após a anuência prévia da ANATEL, a qual se encontra em fase de análise.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS ("ITRs")

2.1) Declaração de Conformidade

As ITRs individuais (Controladora) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As ITRs consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo IASB e normas estabelecidas pela CVM.

A Diretoria, em reunião realizada em 21 de outubro de 2015, autorizou a emissão destas ITRs, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 4 de novembro de 2015.

2.2) Bases de Preparação e Apresentação

As ITRs da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Estas ITRs comparam os trimestres findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de setembro de 2015 com 31 de dezembro de 2014.

Em decorrência da consolidação da GVTPart. (nota 3) a partir de 1º de maio de 2015, as ITRs consolidadas em 30 de setembro de 2015 não são comparáveis às de 31 de dezembro e 30 de setembro de 2014.

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (nota explicativa 3 – “Resumo das Principais Práticas Contábeis”) e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras.

Algumas rubricas dos quadros que compõem as notas explicativas e a Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, quando aplicável.

Na data de elaboração destas ITRs, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros), emissão da versão final: Esta norma reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data da aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros.

IFRS 10 and IAS 28 Sale or Contribution of Assets between an Investor and its Associate or Joint Venture (Venda ou Aporte de Ativos entre uma Investidora e sua Associada ou Controle Conjunto), revisão: Esta norma determina o tratamento contábil para operações com ativos entre uma investidora e empresas associadas ou entidades de controle conjunto. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IFRS 10, 12 and IAS 28 Investment Entities: Applying the Consolidation Exemption (Aplicando a Exceção na Consolidação), revisão: Esta norma aborda os requerimentos de divulgação de demonstrações financeiras para entidade de investimento. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IFRS 11 Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilizações de Aquisições de Acordos Conjuntos), revisão: As alterações desta norma exigem que um investidor conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts (Contas de Diferimento Regulatórias), emissão: Esta norma é opcional que permite a uma sociedade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuarem aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As sociedades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da sociedade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira, visto que já elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS vigentes.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes), emissão: Esta norma exige que uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018, podendo ser adotada de forma retrospectiva ou utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes de sua aplicação em suas ITRs e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos potenciais em seus relatórios financeiros.

IAS 1 Disclosure Initiative (Iniciativas de Divulgação), revisão: Esta norma aborda alterações no conjunto de informações das demonstrações financeiras de uma sociedade. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IAS 16 and IAS 38 Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization (Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização), revisão: As alterações esclarecem sobre os métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

A Companhia não adota antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, desde que não seja de aplicação obrigatória.

2.3) Bases de consolidação

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia detinha participação societária nas sociedades, conforme segue:

Investidas	Tipo de investimento	% de participação		País (Sede)	Atividade principal
		Em 30.09.15	Em 31.12.14		
Telefônica Data S.A. ("TData")	Controlada integral	100,00%	100,00%	Brasil	Telecomunicações
GVT Participações S.A. ("GVTPart.") (nota 3)	Controlada integral	100,00%	-	Brasil	Telecomunicações
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de rede subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas ITRs individuais. Nas ITRs consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas ITRs consolidadas.

3) AQUISIÇÃO DA GVT PARTICIPAÇÕES S.A.

A Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, informou ao mercado que, em 28 de maio de 2015, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), a ratificação do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças (*Stock Purchase Agreement and Other Covenants*) celebrado entre a Companhia, na qualidade de "Compradora", e a Vivendi e suas subsidiárias (*Société d'Investissements et de Gestion 108 SAS - "FRHolding108"* e *Société d'Investissements et de Gestion 72 S.A.*), na qualidade de "Vendedoras", por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVTPart. foi adquirida pela Companhia.

A contraprestação pela aquisição das ações da GVTPart. foi efetuada da seguinte forma:

- Uma parcela de €4.663.000.000,00 paga à vista e em dinheiro, após os ajustes determinados nos termos do contrato, na data de fechamento, e
- Uma parcela em ações de emissão da Companhia entregues à *FRHolding108* em decorrência da incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia, representativas de 12% do capital social da Companhia após a incorporação de ações.

Em decorrência da incorporação de ações da GVTPart., o capital da Companhia foi aumentado em R\$9.666.021, mediante a emissão de 68.597.306 ações ordinárias e 134.320.885 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, considerando o valor econômico das ações incorporadas, apurado por meio do método do fluxo de caixa descontado, com base no Laudo de Valor Econômico da GVTPart. elaborado por empresa especializada, em conformidade com o disposto no artigo nº 252, parágrafo 1º, combinado com o artigo nº 8, ambos da Lei nº 6.404/76. A diferença entre o valor econômico das ações incorporadas e o valor de mercado das ações emitidas na data de fechamento da transação foi reconhecida em “Outras Reservas de Capital” no montante de R\$1.188.707.

Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o CADE e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação. A ANATEL aprovou nos termos do Ato 448, de 22 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial da União (“DOU”) de 26 de janeiro de 2015 e o CADE aprovou na 61ª sessão ordinária de julgamento do Tribunal do CADE, realizada em 25 de março de 2015 e publicada no DOU de 31 de março de 2015.

Com a conclusão da aquisição em 28 de maio de 2015, a Companhia passou a ser a controladora direta da GVTPart. e indireta da GVT. A GVTPart. tem sede no Brasil e tem como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Sua controlada direta (GVT) atua na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional.

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

O preço de aquisição, calculado ainda de forma preliminar, está demonstrado a seguir:

Contraprestação bruta em dinheiro (Euros 4,663 bilhões)	15.964.853
(-) Ajustes do Contrato (Dívida Líquida) (*)	(7.060.899)
Montante da contraprestação líquida em dinheiro	8.903.954
(+) Contraprestação Contingente	344.217
(+) Contraprestação em Ações a Valor Justo	8.477.314
(-) Ganhos com <i>Cash Flow Hedge</i> sobre a Operação	(377.373)
Contraprestação total, líquida de <i>Cash Flow Hedge</i>	17.348.112

(*) Em revisão por empresa terceira especializada, conforme previsto no Contrato.

Demonstramos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R\$5.118.753, bem como o ágio gerado na data da aquisição. Adicionalmente, abaixo também são detalhados os montantes de valor justo alocados a cada grupo de conta, que consideram atualizações da última divulgação por novos fatos e que segundo as normas contábeis é permitido durante um período de 12 meses contados da data de aquisição.

Ativo circulante	1.566.636	Passivo circulante	5.274.876
Caixa e equivalentes de caixa	399.241	Pessoal, encargos e benefícios sociais	170.989
Contas a receber, líquidas	947.378	Fornecedores	591.767
Estoques	4.641	Impostos, taxas e contribuições	341.503
Tributos a recuperar	147.057	Empréstimos e financiamentos	3.968.553
Despesas antecipadas	58.101	Provisões	17.866
Outros ativos	10.218	Outras obrigações	184.198
Ativo não circulante	12.609.860	Passivo não circulante	3.782.867
Tributos a recuperar	65.797	Impostos, taxas e contribuições	1.342
Tributos diferidos (4)	250.770	Empréstimos e financiamentos	3.088.414
Depósitos e bloqueios judiciais	551.275	Provisões (3)	604.306
Outros ativos	15.938	Outras obrigações	88.805
Imobilizado, líquido (1)	8.904.052		
Intangível, líquido (2)	2.822.028	Valor justo dos passivos assumidos	9.057.743
		Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	5.118.753
		Ágio (5)	12.229.359
Valor justo dos ativos adquiridos	14.176.496	Total Considerado, líquido de Cash Flow Hedge	17.348.112

- (1) Inclui a alocação do valor da mais valia de itens do imobilizado (R\$368.622).
(2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a marca (R\$59.000) e a carteira de clientes (R\$2.414.000) e a mais valia e outros intangível (R\$148.169).
(3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente (R\$437.660).
(4) Inclui a alocação do valor dos tributos diferidos incidentes sobre o passivo contingente (R\$148.805).
(5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da GVTPart. com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que poderá vir a ser utilizado para fins fiscais, com parcela indedutível atualmente estimada em R\$574.909, o qual encontra-se em fase de revisão e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart.. Estima-se que esta análise será concluída em breve, assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

A aquisição do controle da GVTPart. pela Companhia teve como objetivo principal propiciar a integração dos negócios de telecomunicações fixos, móveis, dados e TV no Brasil, de forma a poder operar de maneira eficiente. A aquisição da GVTPart. permite à Companhia obter sinergias significativas em receitas e custos, gerando oportunidades de vendas cruzadas tanto no mercado pessoal quanto no corporativo, além de permitir a otimização de investimentos, melhoria da qualidade do serviço, redução de custos de conteúdo, aquisição e plataforma no negócio de TV por assinatura, devido às economias com o aumento de escala e, por último, na redução das despesas gerais e administrativas, não afetando o potencial de crescimento da Companhia.

Os métodos e premissas utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (*"Multi-period Excess Earnings Method"*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vidas é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas "curvas de Iowa". O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$2.414.000, o qual será amortizado pelo prazo médio de 7,77 anos.

Marca

O valor justo da marca “GVT” foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R\$59.000, o qual será amortizado pelo prazo de 1,5 anos.

Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart., foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso a GVT tenha êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos.

O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição é de R\$344.217, registrado no passivo não circulante da Companhia no grupo “Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e contraprestação contingente” (nota 20), o qual está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

Valor Justo do Passivo Contingente

De acordo com o IFRS 3(R) Combinação de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição, passivos contingentes a valor justo de R\$437.660, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição (nota 18).

Outras Informações

<u>Análise do fluxo de caixa na aquisição</u>	<u>R\$ mil</u>
Custos de transação na aquisição (incluído em caixa gerado nas operações) (a)	(11.773)
Caixa e equivalentes de caixa na sociedade adquirida (incluído em caixa nas atividades de investimento)	399.241
Saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa na aquisição	387.468

(a) Referem-se aos custos da transação incorridos até a presente data que foram contabilizados no resultado da Companhia e incluídos nas despesas operacionais.

Na data da aquisição, o valor justo das contas a receber de serviços prestados totalizava R\$947.378, o qual não diferia do valor de livros composto por um valor bruto de R\$1.271.314, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$323.936.

Desde a data de aquisição até a conclusão destas informações trimestrais, a GVTPart. contribuiu com R\$2.477.333 de receita operacional líquida combinada e R\$14.584 de lucro líquido combinado para a Companhia.

Na data da conclusão da elaboração destas informações trimestrais consolidadas a Companhia encontra-se em fase de revisão e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart.. Estima-se que esta análise será concluída em breve, assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

A Companhia, visando atender o disposto na Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015, apresenta na nota 35 as demonstrações dos resultados consolidados por forma (não auditadas ou revisadas) para o exercício de 2014 e para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Caixa e contas bancárias	127.986	63.136	138.427	64.010
Aplicações financeiras	5.165.889	3.772.168	6.176.814	4.628.679
Total	5.293.875	3.835.304	6.315.241	4.692.689

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

5) CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Valores faturados	5.475.689	4.957.574	7.115.759	5.538.184
Valores a faturar	1.476.609	1.280.851	1.942.614	1.410.273
Valores de interconexão	1.604.077	1.579.277	1.626.480	1.579.277
Valores com partes relacionadas (nota 29)	219.353	157.306	194.112	115.048
Contas a receber bruto	8.775.728	7.975.008	10.878.965	8.642.782
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.658.386)	(1.313.956)	(2.357.463)	(1.619.316)
Total	7.117.342	6.661.052	8.521.502	7.023.466
Circulante	6.879.814	6.470.764	8.169.311	6.724.061
Não circulante	237.528	190.288	352.191	299.405

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluem:

- Em 30 de setembro de 2015, R\$237.528 (R\$190.288 em 31 de dezembro de 2014), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 30 de setembro de 2015, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$61.036 (R\$29.872 em 31 de dezembro de 2014).
- Em 30 de setembro de 2015, R\$114.663 (R\$109.117 em 31 de dezembro de 2014), corresponde ao produto "Soluciona TI", comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 30 de setembro de 2015, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$4.730 (R\$7.522 em 31 de dezembro de 2014).

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
A vencer	4.826.387	4.853.376	5.920.603	5.107.714
Vencidas – 1 a 30 dias	985.894	914.709	1.125.327	970.086
Vencidas – 31 a 60 dias	525.626	318.552	576.042	328.367
Vencidas – 61 a 90 dias	230.610	207.542	322.487	243.981
Vencidas – 91 a 120 dias	157.942	75.895	149.767	73.962
Vencidas – mais de 120 dias	390.883	290.978	427.276	299.356
Total	7.117.342	6.661.052	8.521.502	7.023.466

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

A seguir, demonstramos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	(1.033.665)	(1.271.622)
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 24)	(613.146)	(658.832)
Baixa pela utilização	413.751	408.607
Saldo em 30.09.14	(1.233.060)	(1.521.847)
Complemento líquido das perdas estimadas	(219.038)	(237.504)
Baixa pela utilização	138.142	140.035
Saldo em 31.12.14	(1.313.956)	(1.619.316)
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 24)	(824.644)	(958.588)
Baixa pela utilização	480.214	544.377
Combinação de negócios (nota 3)	-	(323.936)
Saldo em 30.09.15	(1.658.386)	(2.357.463)

Os saldos das contas a receber, circulante e não circulante referente ao arrendamento mercantil financeiro do produto “Soluciona TI”, contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	30.09.15	31.12.14
Valor presente a receber	554.592	497.523
Receita financeira não realizada	4.730	7.522
Valor nominal a receber	559.322	505.045
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(288.034)	(240.191)
Valor líquido a receber	271.288	264.854
 Circulante	 156.625	 155.737
Não circulante	114.663	109.117

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto “Soluciona TI” em 30 de setembro de 2015 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	299.285	299.285
A vencer até cinco anos	260.037	255.307
Total	559.322	554.592

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

6) ESTOQUES, LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Materiais para revenda (a)	575.793	441.793	624.431	464.718
Materiais para consumo	55.068	54.847	58.123	55.820
Outros estoques	7.746	7.749	7.746	7.749
Total bruto	638.607	504.389	690.300	528.287
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(41.358)	(45.901)	(43.149)	(48.486)
Total	597.249	458.488	647.151	479.801

(a) Inclui estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

A seguir, demonstramos a movimentação das perdas estimadas para redução ao valor realizável e para obsolescência dos estoques:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	(52.275)	(58.161)
Complemento das perdas estimadas	(19.929)	(22.874)
Reversão das perdas estimadas	17.630	23.914
Saldo em 30.09.14	(54.574)	(57.121)
Complemento das perdas estimadas	(7.223)	(8.138)
Reversão das perdas estimadas	15.896	16.773
Saldo em 31.12.14	(45.901)	(48.486)
Complemento das perdas estimadas	(20.328)	(20.951)
Reversão das perdas estimadas	24.871	26.288
Saldo em 30.09.15	(41.358)	(43.149)

Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 24).

7) TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

7.1) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
ICMS (a)	1.739.184	1.686.062	1.905.570	1.696.578
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (b)	275.746	597.718	311.040	601.515
Impostos e contribuições retidos na fonte (c)	145.418	115.445	223.002	134.795
PIS e COFINS	89.443	85.662	113.990	86.447
Outros	68.110	18.722	80.835	23.532
Total	2.317.901	2.503.609	2.634.437	2.542.867
Circulante	1.968.971	2.163.404	2.224.794	2.202.662
Não circulante	348.930	340.205	409.643	340.205

(a) Refere-se aos créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros.

(b) Refere-se aos créditos por antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.

(c) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

7.2) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

- Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora										
	Saldos em 31.12.13	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.09.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 30.09.15
Ativo diferido											
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (a)	122.321	(101.069)	-	21.252	48.912	-	70.164	(70.164)	-	-	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)											
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.322.244	112.595	-	1.434.839	19.510	-	1.454.349	157.173	-	-	1.611.522
Fornecedores e outras provisões	338.458	174.763	-	513.221	(76.422)	-	436.799	84.556	-	-	521.355
Carteira de clientes e marcas	-	311.141	-	311.141	-	-	311.141	-	-	-	311.141
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	241.203	49.277	-	290.480	13.452	-	303.932	79.980	-	-	383.912
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	164.518	22.375	-	186.893	(19.200)	-	167.693	(4.102)	-	-	163.591
Planos de benefícios pós emprego	143.537	8.774	-	152.311	3.915	-	156.226	11.425	-	-	167.651
Participação nos resultados	71.287	(12.830)	-	58.457	86.602	-	145.059	(84.489)	-	-	60.570
Provisão para programa de fidelização	31.199	81	-	31.280	228	-	31.508	1.010	-	-	32.518
Depreciação acelerada contábil	154.181	3.815	-	157.996	(142.621)	-	15.375	(2.588)	-	-	12.787
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.884	818	-	11.702	(1.688)	-	10.014	(91)	-	-	9.923
IR e CS sobre operações com derivativos e outras diferenças temporárias	157.988	(59.536)	1.760	100.212	35.956	19.656	155.824	47.617	122.934	4.616	330.991
Total do ativo diferido	2.757.820	510.204	1.760	3.269.784	(31.356)	19.656	3.258.084	220.327	122.934	4.616	3.605.961
Passivo diferido											
Crédito fiscal incorporado (b)	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)											
Licença	(719.780)	(214.034)	-	(933.814)	(54.082)	-	(987.896)	(162.247)	-	-	(1.150.143)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(568.338)	(110.400)	-	(678.738)	(36.800)	-	(715.538)	(78.820)	-	-	(794.358)
Ágios da Vivo Part.	(480.366)	(157.729)	-	(638.095)	(50.982)	-	(689.077)	(152.945)	-	-	(842.022)
Lei da Inovação tecnológica	(308.490)	48.060	-	(262.430)	5.976	-	(256.454)	40.969	-	-	(215.485)
Carteira de clientes	(461.870)	461.870	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	(479.548)	479.548	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(124.527)	17.005	(16.124)	(123.646)	(9.400)	(97.834)	(230.880)	(11.145)	-	-	(242.025)
Total do passivo diferido	(3.480.454)	522.320	(16.124)	(2.974.258)	(145.288)	(97.834)	(3.217.380)	(364.188)	-	-	(3.581.568)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(722.634)	1.032.524	(14.364)	295.526	(176.644)	(78.178)	40.704	(143.861)	122.934	4.616	24.393
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido											
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:											
Ativo diferido líquido, não circulante	-			295.526			40.704				24.393
Passivo diferido líquido, não circulante	(722.634)			-			-				

	Consolidado											
	Saldo em 31.12.13	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldo em 30.09.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldo em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Combinação de Negócios	Outros	Saldo em 30.09.15
Ativo diferido												
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (a)	262.915	(186.065)	-	76.850	16.696	-	93.546	(93.546)	-	-	-	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)												
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.327.288	112.926	-	1.440.214	19.624	-	1.459.838	161.337	-	182.447	-	1.803.622
Fornecedores e outras provisões	398.956	186.903	-	585.859	(83.902)	-	501.957	108.093	-	44.699	-	654.749
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	245.556	53.855	-	299.411	15.661	-	315.072	87.434	-	110.138	-	512.644
Carteira de clientes e marcas	-	311.141	-	311.141	-	-	311.141	52.349	-	-	-	363.490
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	166.174	22.572	-	188.746	(19.040)	-	169.706	(31.165)	-	31.158	-	169.699
Planos de benefícios pós emprego	143.537	8.774	-	152.311	3.914	-	156.225	11.425	-	-	-	167.650
Participação nos resultados	71.948	(12.930)	-	59.018	86.811	-	145.829	(93.936)	-	22.870	-	74.763
Depreciação acelerada contábil	154.181	3.815	-	157.996	(142.621)	-	15.375	(2.588)	-	-	-	12.787
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	12.885	(317)	-	12.568	(1.675)	-	10.893	(362)	-	-	-	10.531
Provisão para programa de fidelização	31.199	81	-	31.280	227	-	31.507	1.010	-	-	-	32.517
IR e CS sobre operações com derivativos e outras diferenças temporárias	157.313	(59.420)	1.760	99.653	36.206	19.656	155.515	(185.192)	122.934	123.160	4.616	221.033
Total do ativo diferido	2.971.952	441.335	1.760	3.415.047	(68.099)	19.656	3.366.604	14.859	122.934	514.472	4.616	4.023.485
Passivo diferido												
Crédito fiscal incorporado (b)	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)												
Licença	(719.780)	(214.034)	-	(933.814)	(54.082)	-	(987.896)	(162.247)	-	-	-	(1.150.143)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(568.338)	(110.400)	-	(678.738)	(36.800)	-	(715.538)	(78.820)	-	-	-	(794.358)
Ágios da Vivo Part.	(480.366)	(157.729)	-	(638.095)	(50.982)	-	(689.077)	(152.945)	-	-	-	(842.022)
Lei da Inovação tecnológica	(308.490)	46.060	-	(262.430)	5.976	-	(256.454)	40.969	-	-	-	(215.485)
Carteira de clientes	(461.870)	461.870	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	(479.548)	479.548	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deságio na incorporação de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.838)	-	(22.838)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(128.365)	16.785	(16.124)	(127.704)	(9.749)	(97.834)	(235.287)	274.478	-	(240.864)	-	(201.673)
Total do passivo diferido	(3.484.292)	522.100	(16.124)	(2.978.316)	(145.637)	(97.834)	(3.221.787)	(78.565)	-	(263.702)	-	(3.564.054)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(512.340)	963.435	(14.364)	436.731	(213.736)	(78.178)	144.817	(63.706)	122.934	250.770	4.616	459.431
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido												
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:												
Ativo diferido líquido, não circulante	210.294			436.731			144.817					459.431
Passivo diferido líquido, não circulante	(722.634)			-			-					-

Em 30 de setembro de 2015, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos nas controladas diretas e indiretas (GVT, POP e Innweb) no montante de R\$500.839, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que tais controladas possam utilizar os benefícios destes.

A seguir, apresentamos os montantes do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida relativos a itens debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido em 30 de setembro de 2015 e 2014.

	Controladora/Consolidado	
	30.09.15	30.09.14
Perdas não realizadas em investimentos disponíveis para venda	557	1.760
Ganhos (perdas) com operações de derivativos	122.377	(16.124)
Total	122.934	(14.364)

8) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Depósitos judiciais				
Tributário	2.841.123	2.647.635	3.262.397	2.665.757
Trabalhista	1.034.169	1.008.745	1.092.785	1.016.019
Cível e regulatório	1.010.346	935.842	1.130.452	936.782
Total	4.885.638	4.592.222	5.485.634	4.618.558
Bloqueios judiciais	112.450	124.730	123.241	126.667
Total	4.998.088	4.716.952	5.608.875	4.745.225
Circulante	211.098	202.169	211.098	202.169
Não circulante	4.786.990	4.514.783	5.397.777	4.543.056

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$3.262.397 (R\$2.665.757 em 31 de dezembro de 2014). Na nota 18, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")

A Companhia e a TData estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias ("DCTF"); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$34.670 (R\$33.040 em 31 de dezembro de 2014).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")

A Companhia está envolvida em discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$161.572 (R\$153.759 em 31 de dezembro de 2014).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e rádioenlaces, por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. A Companhia e a TData questionam em âmbito judicial a referida taxa.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$987.802 (R\$929.880 em 31 de dezembro de 2014).

- Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego *sainte*; (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio; e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$66.734 (R\$63.295 em 31 de dezembro de 2014).

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais ("SIEF"); e (iii) recolhimento a menor do IRPJ.

A GVTPart. está envolvida em discussão judicial que envolve o direito de amortizar mensalmente a despesa relativa ao ágio oriundo da aquisição da GVTPart. pela Vivendi, sobre valores de IRPJ e CSLL deduzidos. O valor atualizado em 30 de setembro de 2015 é de R\$363.747.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$395.808 (R\$30.325 em 31 de dezembro de 2014).

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ("Sinditelebrasil") discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e a TData, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$836.216 (R\$672.593 em 31 de dezembro de 2014).

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; (iii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%); e (iv) premiações.

A GVTPart. está envolvida em discussões judiciais que envolvem a cobrança de contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e verbas para terceiros sobre os seguintes eventos: auxílio maternidade, terço constitucional de férias e 15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente. A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem cobranças sobre auxílio maternidade, terço constitucional de férias e 15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$116.503 (R\$102.820 em 31 de dezembro de 2014).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS")

A Companhia esteve envolvida em discussão judicial cujo objeto visava a declaração do não recolhimento dos adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/01 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados).

A Companhia obteve decisão desfavorável com conversão em renda à contraparte dos valores integrais. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$76.459.

- Imposto sobre o Lucro Líquido ("ILL")

A Companhia está envolvida em discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal ("REFIS"), com a utilização do depósito judicial ora vinculado. Atualmente, aguarda-se conversão em renda pela União Federal.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$57.457 (R\$54.723 em 31 de dezembro de 2014).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

A Companhia e a TData ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$417.091 (R\$394.489 em 31 de dezembro de 2014).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago; e (vii) glosa de crédito de ICMS referente ao convênio 39.

A GVTPart. está envolvida em discussões judiciais para consignar em pagamento valores de ICMS referentes a parte das operações de TV por assinatura, bem como sobre operações de telefonia na modalidade pré-pago.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$120.426 (R\$97.278 em 31 de dezembro de 2014).

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano ("IPTU") não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração ("PPNUM") pela ANATEL.

Em 30 de setembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$68.118 (R\$57.096 em 31 de dezembro de 2014).

9) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Taxa fistel (a)	274.159	-	274.501	-
Propaganda e publicidade	82.242	198.758	82.444	198.758
Seguros	30.621	33.594	35.439	35.574
Aluguéis	45.858	45.318	45.858	45.318
Encargos financeiros	10.048	8.426	10.048	8.426
Manutenção de software, tributos e outras	83.623	38.817	123.934	41.698
Total	526.551	324.913	572.224	329.774
Circulante	499.012	300.567	542.909	303.551
Não circulante	27.539	24.346	29.315	26.223

(a) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento referentes ao exercício de 2014, pagos em março de 2015 e que serão amortizados para o resultado até o final do exercício.

10) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Adiantamentos a empregados e fornecedores	164.408	49.827	175.615	50.981
Créditos com partes relacionadas (nota 29)	239.053	318.041	130.206	73.042
Crédito com fornecedores	81.819	114.422	81.819	121.615
Subsídio na venda de aparelhos celulares	42.410	45.850	42.410	45.850
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 32)	15.725	14.515	15.875	14.653
Outros valores a realizar	63.420	87.068	42.129	87.280
Total	606.835	629.723	488.054	393.421
Circulante	539.618	535.020	414.792	298.496
Não circulante	67.217	94.703	73.262	94.925

11) INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e de controle em conjunto, conforme segue:

TData: Controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a prestação e exploração de serviços de valor adicionado (SVAs); soluções empresariais integradas em telecomunicações e atividades relacionadas; gestão da prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações, consultoria em soluções de telecomunicações e relacionadas e elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados a telecomunicações; comercialização e locação de equipamentos, produtos e serviços de telecomunicações, entre outros.

GVTPart.: Controladora integral da GVT, com sede no Brasil, tem como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A GVT atua na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional (nota 3).

Aliança: Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede em Amsterdã, Holanda, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

	Em 30.09.15					Em 31.12.14			
	Controladas Integrais		Controladas em Conjunto			Controlada Integral	Controladas em Conjunto		
	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:									
Ativo circulante	1.547.093	1.919.478	10	17.428	188.155	1.749.933	11	12.728	136.350
Ativo não circulante	359.653	9.791.904	-	11.776	-	335.735	-	12.134	-
Total do ativo	1.906.746	11.711.382	10	29.204	188.155	2.085.668	11	24.862	136.350
Passivo circulante	602.258	3.735.588	4	4.139	95	883.906	1	3.232	92
Passivo não circulante	52.098	1.456.451	-	5.041	-	48.611	-	4.546	-
Patrimônio líquido	1.252.390	6.519.343	6	20.024	188.060	1.153.151	10	17.084	136.258
Total do passivo e patrimônio líquido	1.906.746	11.711.382	10	29.204	188.155	2.085.668	11	24.862	136.350
Valor contábil do investimento	1.252.390	6.519.343	3	10.012	94.030	1.153.151	5	8.542	68.129

	Em 30.09.15					Em 30.09.14				
	Controladas integrais		Controladas em Conjunto			Controlada integral	Controladas em Conjunto			
	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	
Resumo da Demonstração de Resultados:										
Receita operacional líquida	1.835.121	2.477.333	46	29.546	-	1.574.353	46	41.326	-	-
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(847.528)	(1.348.575)	-	(23.313)	-	(791.246)	-	(23.326)	-	-
Despesas com comercialização	(119.652)	(505.304)	-	-	-	(82.016)	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(11.105)	(165.363)	(50)	(4.150)	(82)	(20.783)	(46)	(4.546)	(118)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.646	(31.456)	-	(316)	-	30.323	-	1.696	-	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	83.103	(399.426)	-	1.835	84	75.792	-	731	252	-
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	942.585	27.209	(4)	3.602	2	786.443	-	15.881	134	-
Imposto de renda e contribuição social	(319.169)	(12.625)	-	(662)	-	(267.192)	-	(3.011)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	623.416	14.584	(4)	2.940	2	519.251	-	12.870	134	-
Valor contábil do lucro líquido (prejuízo) do período, reconhecido como equivalência patrimonial	623.416	14.584	(2)	1.470	1	519.251	-	6.435	67	-

b) Movimentação dos Investimentos

	Saldos em 31.12.14	Adições	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros resultados abrangentes	Saldos em 30.09.15
Participações	1.229.827	2.417.817	4.087.040	639.469	(524.177)	25.802	7.875.778
Controlada integral	1.153.151	2.417.817	4.087.040	638.000	(524.177)	(98)	7.771.733
TData	1.153.151	-	-	623.416	(524.177)	-	1.252.390
GVTPart.	-	2.417.817	4.087.040	14.584	-	(98)	6.519.343
Controladas em conjunto	76.676	-	-	1.469	-	25.900	104.045
Aliança	68.129	-	-	1	-	25.900	94.030
AIX	8.542	-	-	1.470	-	-	10.012
ACT	5	-	-	(2)	-	-	3
Ágios (a)	212.058	12.229.359	-	-	-	-	12.441.417
Mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora	-	2.700.936	-	(131.234)	-	-	2.569.702
Outras participações	3.129	-	-	-	-	(1.637)	1.492
Outros investimentos (b)	3.129	-	-	-	-	(1.637)	1.492
Total de investimentos na controladora	1.445.014	17.348.112	4.087.040	508.235	(524.177)	24.165	22.888.389
Aliança	68.129	-	-	1	-	25.900	94.030
AIX	8.542	-	-	1.470	-	-	10.012
ACT	5	-	-	(2)	-	-	3
Outros investimentos (b)	3.129	-	-	-	-	(1.637)	1.492
Total de investimentos no consolidado	79.805	-	-	1.469	-	24.263	105.537

	Saldos em 31.12.13	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros resultados abrangentes	Saldos em 30.09.14	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros resultados abrangentes	Saldos em 31.12.14
Participações	853.866	525.753	(186.100)	(3.525)	1.189.994	216.875	(180.016)	2.974	1.229.827
Controlada integral	778.289	519.251	(186.100)	-	1.111.440	216.437	(174.726)	-	1.153.151
TData	778.289	519.251	(186.100)	-	1.111.440	216.437	(174.726)	-	1.153.151
Controladas em conjunto	75.577	6.502	-	(3.525)	78.554	438	(5.290)	2.974	76.676
Aliança	68.607	67	-	(3.525)	65.149	6	-	2.974	68.129
AIX	6.965	6.435	-	-	13.400	432	(5.290)	-	8.542
ACT	5	-	-	-	5	-	-	-	5
Ágios (a)	212.058	-	-	-	212.058	-	-	-	212.058
Outras participações	10.772	-	-	(5.178)	5.594	-	-	(2.465)	3.129
Outros investimentos (b)	10.772	-	-	(5.178)	5.594	-	-	(2.465)	3.129
Total de investimentos na controladora	1.076.696	525.753	(186.100)	(8.703)	1.407.646	216.875	(180.016)	509	1.445.014
Aliança	68.607	67	-	(3.525)	65.149	6	-	2.974	68.129
AIX	6.965	6.435	-	-	13.400	432	(5.290)	-	8.542
ACT	5	-	-	-	5	-	-	-	5
Outros investimentos (b)	10.772	-	-	(5.178)	5.594	-	-	(2.465)	3.129
Total de investimentos no consolidado	86.349	6.502	-	(8.703)	84.148	438	(5.290)	509	79.805

- (a) Ágios: i) R\$212.058 oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006; e ii) R\$12.229.359 da aquisição da GVTPart. (nota 3).
- (b) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

12) IMOBILIZADO LÍQUIDO

a) Composição

Em 30 de setembro de 2015

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	17.611.400	(14.803.861)	2.807.539	20.050.047	(15.804.871)	4.245.176
Equipamentos e meios de transmissão	39.083.729	(27.852.044)	11.231.685	46.695.239	(30.195.806)	16.499.433
Equipamentos terminais/modens	11.444.268	(9.893.479)	1.550.789	14.806.766	(11.358.195)	3.448.571
Infraestrutura	13.766.954	(10.375.469)	3.391.485	14.172.162	(10.492.522)	3.679.640
Terrenos	312.890	-	312.890	315.491	-	315.491
Outros ativos imobilizados	3.527.107	(2.819.185)	707.922	4.401.510	(3.332.855)	1.068.655
Perdas estimadas	(151.626)	-	(151.626)	(219.264)	-	(219.264)
Bens e instalações em andamento	1.499.104	-	1.499.104	1.587.214	-	1.587.214
Total	87.093.826	(65.744.038)	21.349.788	101.809.165	(71.184.249)	30.624.916

Em 31 de dezembro de 2014

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	17.140.731	(14.599.055)	2.541.676	17.147.961	(14.606.044)	2.541.917
Equipamentos e meios de transmissão	37.199.508	(26.990.931)	10.208.577	37.200.161	(26.991.399)	10.208.762
Equipamentos terminais/modens	10.838.174	(9.227.487)	1.610.687	10.882.788	(9.254.451)	1.628.337
Infraestrutura	13.486.180	(10.000.989)	3.485.191	13.497.058	(10.010.123)	3.486.935
Terrenos	314.350	-	314.350	314.350	-	314.350
Outros ativos imobilizados	3.394.231	(2.722.927)	671.304	3.549.258	(2.833.705)	715.553
Perdas estimadas	(156.592)	-	(156.592)	(156.728)	-	(156.728)
Bens e instalações em andamento	1.706.538	-	1.706.538	1.714.738	-	1.714.738
Total	83.923.120	(63.541.389)	20.381.731	84.149.586	(63.695.722)	20.453.864

b) Movimentação

	Controladora							
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modens	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (a)	Bens e instalações em andamento
Saldo em 31.12.13	2.364.940	8.432.306	1.455.849	3.466.208	314.558	598.308	(168.124)	1.913.860
Adições (Capex)	8.268	74.018	122.534	21.803	-	72.473	(594)	3.392.528
Baixas líquidas	(752)	(27.534)	(2.408)	(919)	(208)	(1.606)	-	(12.961)
Transferências líquidas	310.998	1.863.444	647.948	312.847	-	77.254	(484)	(3.280.179)
Depreciação (nota 24)	(327.091)	(998.018)	(668.245)	(397.931)	-	(156.426)	-	-
Saldo em 30.09.14	2.356.363	9.344.216	1.555.678	3.402.008	314.350	590.003	(169.202)	2.013.248
Adições (Capex)	3.774	29.872	27.582	25.443	-	88.827	594	1.713.032
Baixas líquidas	(18)	(6.900)	(379)	(367)	-	(611)	12.016	(5.886)
Transferências líquidas	295.832	1.178.524	270.349	200.158	-	47.122	-	(2.013.856)
Depreciação	(114.275)	(337.135)	(242.543)	(142.051)	-	(54.037)	-	-
Saldo em 31.12.14	2.541.676	10.208.577	1.610.687	3.485.191	314.350	671.304	(156.592)	1.706.538
Adições (Capex)	4.725	121.301	84.418	29.934	-	141.945	-	3.365.946
Baixas líquidas	(3.859)	(20.443)	(2.591)	(2.114)	(74)	(1.714)	4.966	(14.589)
Transferências líquidas	635.549	2.017.896	557.761	277.664	(1.386)	65.304	-	(3.558.791)
Depreciação (nota 24)	(370.552)	(1.095.646)	(699.486)	(399.190)	-	(168.917)	-	-
Saldo em 30.09.15	2.807.539	11.231.685	1.550.789	3.391.485	312.890	707.922	(151.626)	1.499.104

	Consolidado							
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modens	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (a)	Bens e instalações em andamento
Saldo em 31.12.13	2.365.290	8.432.543	1.468.057	3.468.495	314.558	594.957	(169.979)	1.967.726
Adições (Capex)	8.268	74.018	133.307	21.803	-	96.346	(594)	3.367.810
Baixas líquidas	(752)	(27.534)	(2.408)	(919)	(208)	(1.606)	1.681	(14.184)
Transferências líquidas	310.998	1.863.444	647.948	312.847	-	105.106	(484)	(3.304.579)
Depreciação (nota 24)	(327.174)	(998.056)	(674.272)	(398.339)	-	(164.602)	-	-
Saldo em 30.09.14	2.356.630	9.344.415	1.572.632	3.403.887	314.350	630.201	(169.376)	2.016.773
Adições (Capex)	3.774	29.872	30.121	25.443	-	76.470	594	1.737.750
Baixas líquidas	(18)	(6.900)	(379)	(367)	-	(611)	12.054	(5.925)
Transferências líquidas	295.832	1.178.524	270.506	200.158	-	66.969	-	(2.033.860)
Depreciação	(114.301)	(337.149)	(244.543)	(142.186)	-	(57.476)	-	-
Saldo em 31.12.14	2.541.917	10.208.762	1.628.337	3.486.935	314.350	715.553	(156.728)	1.714.738
Adições (Capex)	121.187	573.500	312.995	41.469	-	168.515	(5.607)	3.372.090
Baixas líquidas	(3.868)	(21.900)	(2.591)	(2.633)	(74)	(5.995)	7.421	(21.008)
Transferências líquidas	747.477	1.962.038	571.057	149.280	(1.386)	174.929	-	(3.597.882)
Depreciação (nota 24)	(445.163)	(1.321.691)	(854.341)	(416.666)	-	(234.153)	-	-
Combinação de negócios (nota 3)	1.283.626	5.098.724	1.793.114	421.255	2.601	249.806	(64.350)	119.276
Saldo em 30.09.15	4.245.176	16.499.433	3.448.571	3.679.640	315.491	1.068.655	(219.264)	1.587.214

(a) A Companhia e as controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

c) Taxas de depreciação

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Descrição	Controladora	Consolidado
Equipamentos de comutação	10,00 a 14,29	8,33 a 20,00
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 14,29	2,50 a 25,00
Equipamentos terminais/modens	10,00 a 66,67	10,00 a 66,67
Infraestrutura	2,50 a 66,67	2,50 a 66,67
Outros ativos imobilizados	10,00 a 25,00	10,00 a 66,67

d) Bens do imobilizado em garantia

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possuía montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais de R\$165.524 (R\$130.000 em 31 de dezembro de 2014).

e) Capitalização de custos de empréstimos

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia e controladas não capitalizaram custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

f) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 30 de setembro de 2015, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$7.898.857 (R\$7.639.587 em 31 de dezembro de 2014), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

g) Arrendamento Financeiro

A seguir, demonstramos os montantes relacionados a arrendamentos financeiros nos quais a Companhia atua como arrendatária, segregados por classe do ativo imobilizado.

		Controladora/Consolidado					
		30.09.15			31.12.14		
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos e meios de transmissão	5%	213.235	(19.948)	193.287	209.935	(12.062)	197.873
Infraestrutura	5%	6.674	(2.225)	4.449	5.279	(2.032)	3.247
Outros ativos	20%	116.945	(80.871)	36.074	78.295	(78.295)	-
Total		336.854	(103.044)	233.810	293.509	(92.389)	201.120

13) INTANGÍVEL LÍQUIDO

a) Composição

Em 30 de setembro de 2015

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Vida útil indefinida						
Âgio	10.013.222	-	10.013.222	22.454.639	-	22.454.639
Vida útil definida						
Softwares	11.885.915	(9.792.634)	2.093.281	12.511.647	(10.218.929)	2.292.718
Carteira de clientes	1.990.278	(1.066.826)	923.452	4.404.278	(1.204.404)	3.199.874
Marcas e Patentes	1.601.433	(336.820)	1.264.613	1.660.433	(353.209)	1.307.224
Licença	20.052.123	(4.188.673)	15.863.450	20.052.123	(4.188.673)	15.863.450
Outros ativos intangíveis	158.104	(153.734)	4.370	308.158	(168.791)	139.367
Softwares em andamento	74.645	-	74.645	74.645	-	74.645
Total	45.775.720	(15.538.687)	30.237.033	61.465.923	(16.134.006)	45.331.917

Em 31 de dezembro de 2014

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Vida útil indefinida						
Âgio	10.013.222	-	10.013.222	10.225.280	-	10.225.280
Vida útil definida						
Softwares	11.242.808	(9.232.751)	2.010.057	11.279.547	(9.266.911)	2.012.636
Carteira de clientes	1.990.278	(880.402)	1.109.876	1.990.278	(880.402)	1.109.876
Marcas e Patentes	1.601.433	(275.187)	1.326.246	1.601.433	(275.187)	1.326.246
Licença	20.052.007	(3.505.409)	16.546.598	20.052.007	(3.505.409)	16.546.598
Outros ativos intangíveis	152.026	(151.913)	113	152.026	(151.913)	113
Softwares em andamento	66.675	-	66.675	66.675	-	66.675
Total	45.118.449	(14.045.662)	31.072.787	45.367.246	(14.079.822)	31.287.424

b) Movimentação

	Controladora						
	Vida útil indefinida		Vida útil definida				Total
	Âgio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Licenças	Outros ativos intangíveis	
Custo							
Saldo em 31.12.13	10.013.222	1.983.624	1.358.442	1.410.453	14.474.566	336	29.286.991
Adições (Capex)	-	317.560	-	-	-	-	472.908
Baixas líquidas	-	(124)	-	-	-	-	(124)
Transferências líquidas	-	176.565	-	-	42.892	-	64.720
Amortização (nota 24)	-	(570.255)	(188.424)	(63.156)	(558.971)	(179)	(1.378.985)
Saldo em 30.09.14	10.013.222	1.907.370	1.172.018	1.347.297	13.958.487	157	28.445.510
Adições (Capex)	-	179.614	-	-	2.770.320	-	3.061.925
Baixas líquidas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências líquidas	-	114.145	-	-	1	-	21.871
Amortização	-	(191.072)	(62.142)	(21.051)	(182.210)	(44)	(456.519)
Saldo em 31.12.14	10.013.222	2.010.057	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	31.072.787
Adições (Capex)	-	404.770	-	-	116	9.210	677.362
Baixas líquidas	-	(28)	-	-	-	-	(28)
Transferências líquidas	-	264.407	-	-	1	(3.109)	6.003
Amortização (nota 24)	-	(585.925)	(188.424)	(61.633)	(683.265)	(1.844)	(1.519.091)
Saldo em 30.09.15	10.013.222	2.093.281	923.452	1.264.613	15.863.450	4.370	30.237.033

Custo	Consolidado							Total
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Licenças	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
Saldo em 31.12.13	10.225.280	1.987.634	1.358.442	1.410.453	14.474.566	336	46.348	29.503.059
Adições (Capex)	-	318.118	-	-	-	-	155.348	473.466
Baixas líquidas	-	(124)	-	-	-	-	-	(124)
Transferências líquidas	-	176.565	-	-	42.892	-	(154.737)	64.720
Amortização (nota 24)	-	(571.781)	(186.424)	(63.156)	(558.971)	(179)	-	(1.380.511)
Saldo em 30.09.14	10.225.280	1.910.412	1.172.018	1.347.297	13.958.487	157	46.959	28.660.610
Adições (Capex)	-	179.612	-	-	2.770.320	-	111.991	3.061.923
Transferências líquidas	-	114.145	-	-	1	-	(92.275)	21.871
Amortização	-	(191.533)	(62.142)	(21.051)	(182.210)	(44)	-	(456.980)
Saldo em 31.12.14	10.225.280	2.012.636	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.287.424
Adições (Capex)	-	432.840	-	-	116	9.210	263.266	705.432
Baixas líquidas	-	(27)	-	-	-	-	-	(27)
Transferências líquidas	-	252.891	-	-	1	(3.109)	(255.296)	(5.513)
Amortização (nota 24)	-	(614.672)	(324.002)	(78.022)	(683.265)	(6.825)	-	(1.706.786)
Combinação de negócios (nota 3)	12.229.359	209.050	2.414.000	59.000	-	139.978	-	15.051.387
Saldo em 30.09.15	22.454.639	2.292.718	3.199.874	1.307.224	15.863.450	139.367	74.645	45.331.917

A seguir, apresentamos a composição dos ágios em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Controladora	Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	9.160.488	9.160.488
GVT Participações S. A. (e)	-	12.229.359
Total	10.013.222	22.454.639

- (a) Ágio gerado da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
- (b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
- (c) Ágio gerado na aquisição da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
- (d) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Participações ocorrida em 2011.
- (e) Ágio gerado na aquisição da GVT Participações ocorrida em 2015 (nota 3).

c) Taxas de amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida da Companhia, são amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

Descrição	Controladora	Consolidado
Softwares	20,00	20,00
Carteira de clientes	11,76	11,76 a 12,99
Marcas e patentes	5,13	5,13 a 66,67
Licenças	3,60 a 6,67	3,60 a 6,67
Outros ativos intangíveis	20,00	5,00 a 20,00

14) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Salários e remunerações	26.095	27.754	32.247	27.754
Encargos e benefícios sociais	351.779	267.736	520.405	271.082
Participação de empregados nos resultados	137.657	197.019	160.552	199.284
Planos de remuneração baseados em ações (nota 31)	22.214	18.793	22.244	18.793
Outras indenizações	2.465	193.297	3.837	193.297
Total	540.210	704.599	739.285	710.210
Circulante	517.996	585.770	717.041	591.381
Não circulante	22.214	118.829	22.244	118.829

15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Fornecedores diversos	6.272.709	6.521.830	7.169.520	6.794.000
Valores a repassar	145.888	103.016	158.291	102.915
Interconexão / interligação	335.301	445.192	366.165	445.192
Partes relacionadas (nota 28)	548.417	605.594	307.524	299.084
Total	7.302.315	7.675.632	8.001.500	7.641.191

16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Tributos sobre a renda	-	-	42.799	16.355
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	42.799	16.355
Tributos indiretos	1.105.278	1.277.709	1.547.964	1.332.444
ICMS	830.513	968.800	1.053.233	969.953
PIS e COFINS	187.980	194.627	343.242	236.556
Fust e Funttel	34.393	35.975	84.836	35.975
ISS, CIDE e outros tributos	52.392	78.307	66.653	89.960
Total	1.105.278	1.277.709	1.590.763	1.348.799
Circulante	1.047.733	1.236.330	1.503.420	1.281.673
Não circulante	57.545	41.379	87.343	67.126

17) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

a) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía saldos a receber de dividendos da TData no montante de R\$174.726.

Movimentação:

	Controladora
Saldo em 31.12.14	174.726
Dividendos complementares de 2014	524.185
Recebimentos de dividendos e JSCP	(698.911)
Saldo em 30.09.15	-

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar

Composição:

	Controladora/Consolidado	
	30.09.15	31.12.14
Telefônica Internacional S.A.	895.471	316.008
Telefônica S.A.	786.143	261.318
SP Telecomunicações Participações Ltda	605.465	198.350
Telefônica Chile S.A.	1.819	626
Acionistas não controladores	1.302.226	719.019
Total	3.591.124	1.495.321

Movimentação:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.14	1.495.321
Dividendos complementares de 2014	2.768.592
Dividendos e JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	1.222.000
Prescrição de dividendos e JSCP	(58.623)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(1.841.896)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	5.730
Saldo em 30.09.15	3.591.124

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

18) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, demonstramos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e provisão para desmantelamento.

Controladora						
Provisões para demandas judiciais						
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desmantelamento (b)	Total
Saldos em 31.12.13	988.180	2.133.934	970.403	275.677	235.998	4.604.192
Ingressos	149.005	167.231	437.735	-	24.557	778.528
Baixas por pagamento	(121.287)	(64.021)	(174.953)	-	-	(360.261)
Baixas por reversão	(43.305)	(20.791)	(190.200)	(16.098)	(11.148)	(281.542)
Atualização monetária	34.162	125.445	69.824	14.073	-	243.504
Saldos em 30.09.14	1.006.755	2.341.798	1.112.809	273.652	249.407	4.984.421
Ingressos	84.650	4.122	94.724	-	112.525	296.021
Baixas por pagamento	(78.381)	(3.611)	(54.388)	-	-	(136.380)
Baixas por reversão	(20.070)	(6.107)	12.739	(857)	(115.003)	(129.298)
Atualização monetária	20.172	43.696	31.587	4.813	-	100.268
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.379.898	1.197.471	277.608	246.929	5.115.032
Ingressos	277.583	149.432	559.530	-	51.795	1.038.340
Baixas por pagamento	(207.329)	(76.471)	(266.466)	-	-	(550.266)
Baixas por reversão	(53.383)	(55)	(159.765)	(10.558)	(8.367)	(232.128)
Atualização monetária	74.228	149.841	131.236	17.507	-	372.812
Saldos em 30.09.15	1.104.225	2.602.645	1.462.006	284.557	290.357	5.743.790
Em 30.09.15						
Circulante	121.608	-	723.865	-	-	845.473
Não circulante	982.617	2.602.645	738.141	284.557	290.357	4.898.317
Em 31.12.14						
Circulante	124.599	-	549.677	-	-	674.276
Não circulante	888.527	2.379.898	647.794	277.608	246.929	4.440.756

Consolidado						
Provisões para demandas judiciais						
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desmantelamento (b)	Total
Saldos em 31.12.13	988.180	2.148.800	970.403	275.677	240.753	4.623.813
Ingressos	149.005	167.244	437.735	-	24.557	778.541
Baixas por pagamento	(121.287)	(64.021)	(174.953)	-	-	(360.261)
Baixas por reversão	(43.305)	(20.791)	(190.200)	(16.098)	(11.148)	(281.542)
Atualização monetária	34.162	126.382	69.824	14.073	-	244.441
Saldos em 30.09.14	1.006.755	2.357.614	1.112.809	273.652	254.162	5.004.992
Ingressos	84.650	4.122	94.724	-	112.525	296.021
Baixas por pagamento	(78.381)	(3.611)	(54.388)	-	-	(136.380)
Baixas por reversão	(20.070)	(6.107)	12.739	(857)	(115.003)	(129.298)
Atualização monetária	20.172	44.023	31.587	4.813	-	100.595
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.396.041	1.197.471	277.608	251.684	5.135.930
Ingressos	282.344	149.432	591.967	21.964	57.057	1.102.764
Baixas por pagamento	(209.070)	(76.472)	(289.577)	-	-	(575.119)
Baixas por reversão	(54.211)	(55)	(163.265)	(10.558)	(8.367)	(236.456)
Atualização monetária	74.228	152.981	132.412	29.559	5.678	394.858
Combinação de negócios (nota 3)	15.739	2.834	80.377	437.660	85.562	622.172
Saldos em 30.09.15	1.122.156	2.624.761	1.549.385	756.233	391.614	6.444.149
Em 30.09.15						
Circulante	126.987	-	736.576	-	-	863.563
Não circulante	995.169	2.624.761	812.809	756.233	391.614	5.580.586
Em 31.12.14						
Circulante	124.599	-	549.677	-	-	674.276
Não circulante	888.527	2.396.041	647.794	277.608	251.684	4.461.654

- (a) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações em 2011 e da GVTPart. em 2015 (nota 3).
- (b) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de devolver aos proprietários os *sites* (localidades destinadas a instalações de rádios base, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

18.1) Provisões e Contingências Trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Provisões prováveis	1.104.225	1.013.126	1.122.156	1.013.126
Contingências possíveis	229.624	229.715	337.692	229.715

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex- empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex- empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

18.2) Provisões e Contingências Tributárias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Provisões prováveis	2.602.645	2.379.898	2.624.761	2.396.041
Federais	2.484.270	2.302.029	2.504.628	2.318.172
Estaduais	100.516	61.134	100.793	61.134
Municipais	17.859	16.735	19.340	16.735
Contingências possíveis	23.357.796	21.186.885	25.702.868	21.401.796
Federais	5.097.085	4.973.141	5.823.189	4.981.909
Estaduais	11.179.294	9.805.466	12.314.302	9.930.020
Municipais	710.430	658.468	757.619	660.084
ANATEL	6.370.987	5.749.810	6.807.758	5.829.783

Provisões tributárias prováveis

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantém discussões administrativas e judiciais relativas à (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela Companhia; (ii) contribuições sociais referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais e faturas recebidas de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST; (v) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vi) Taxas Fistel (TFI e TFF) sobre estações móveis; (vii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (viii) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (ix) compensação de FINSOCIAL; (x) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xi) COFINS, exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xii) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (xiii) Imposto sobre o lucro líquido.

Em 30 de setembro de 2015, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$2.504.628 (R\$2.318.172 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantém discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) multa administrativa ambiental; (v) glosa de crédito de ICMS referente ao Convênio 39; (vi) *cobilling*; e (vii) diferencial de alíquota.

Em 30 de setembro de 2015, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$100.793 (R\$61.134 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantém diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas à (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização ("TVCF"); e (iv) retenção de ISS sobre serviços de empreitada.

Em 30 de setembro de 2015, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$19.340 (R\$16.735 em 31 de dezembro de 2014).

Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e com a ANATEL, descritos a seguir:

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser", SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) PIS incidente sobre *roaming*; (v) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional ("STN") (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central do Brasil; (vi) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (vii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (viii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (ix) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (x) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (xi) IRPJ sobre operações com derivativos; (xii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo S.A. e ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree e TDBH; (xiii) ágio decorrente da compra da GVT Holding pela Vivendi; (xiv) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº. 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (xv) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "*Fixed access unit*" (unidade de acesso fixo) para clientes a título de comodato; (xvi) PIS e COFINS sobre serviços de valor agregado; (xvii) INSS - *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; e (xviii) IOF exigência relativa as operações de mútuo, *intercompanies* e operações de crédito.

Em 30 de setembro de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$5.823.189 (R\$4.981.909 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem Speedy*; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado e cobrança de ICMS na transferência interestadual de bens de ativo fixo entre as filiais; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) consumo próprio; (xxi) isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo pela concessão de descontos condicionais; (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiv) sobre assinatura; e (xxv) sobre serviços não medidos.

Para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a GVTPart. constituiu provisão no valor de R\$28.661 para os quais entende como provável o pagamento deste tributo. Este montante está registrado e demonstrado no balanço patrimonial no grupo de "Outros, impostos, taxas e contribuições".

Em 30 de setembro de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$12.314.302 (R\$9.930.020 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional; (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; e (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas.

Em 30 de setembro de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$757.619 (R\$660.084 em 31 de dezembro de 2014).

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de setembro de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$3.506.712 (R\$3.139.254 em 31 de dezembro de 2014).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

A Companhia e/ou controladas mantém ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

Em 30 de setembro de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$900.465 (R\$716.369 em 31 de dezembro de 2014).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia questiona em âmbito judicial a referida taxa.

Em 30 de setembro de 2015, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.395.049 (R\$1.971.290 em 31 de dezembro de 2014), sem o respectivo depósito judicial.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração ("PPNUM")

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Companhia efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial.

Em 30 de setembro de 2015, o valor consolidado envolvido totalizava R\$5.532 (R\$2.870 em 31 de dezembro de 2014).

18.3) Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>Valores envolvidos</u>			
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>30.09.15</u>	<u>31.12.14</u>
Provisões prováveis	1.462.006	1.197.471	1.549.385	1.197.471
Cíveis	909.103	772.658	951.471	772.658
Regulatórias	552.903	424.813	597.914	424.813
Contingências possíveis	5.585.334	4.484.947	5.853.181	4.484.947
Cíveis	2.425.506	1.873.607	2.514.577	1.873.607
Regulatórias	3.159.828	2.611.340	3.338.604	2.611.340

Provisões cíveis prováveis

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 30 de setembro de 2015 o montante consolidado provisionado era de R\$179.056 (R\$138.654 em 31 de dezembro de 2014).
- A Companhia é parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 30 de setembro de 2015 o montante consolidado provisionado era de R\$418.536 (R\$325.571 em 31 de dezembro de 2014).
- A Companhia é parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumeristas nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2015, o montante consolidado provisionado era de R\$353.879 (R\$308.433 em 31 de dezembro de 2014).

Provisões regulatórias prováveis

A Companhia e a GVTPart. figuram como partes em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2015, o montante consolidado provisionado era de R\$597.914 (R\$424.813 em 31 de dezembro de 2014).

Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia ("PCT"), que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R\$399.090 em 30 de setembro de 2015 (R\$336.758 em 31 de dezembro de 2014). O Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP") reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.
- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em apertada síntese, restabelecimento ao "*status quo*" anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando decisão de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário quanto a decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, depois de decorrido o prazo de 1 ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa. Em 13 de abril de 2015, o Recurso de Apelação da Companhia foi julgado, tendo por votação unânime, reformada a sentença de 1ª instância que havia condenado a Companhia ao pagamento de danos morais e materiais supostamente carreados a todos os consumidores afetados pelos "problemas" na prestação de serviço.

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2015, o montante consolidado provisionado era de R\$2.103.112 (R\$1.525.908 em 31 de dezembro de 2014).
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor ("SAC"). Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais). Em 30 de setembro de 2015 um montante consolidado de R\$12.375 (R\$10.941 em 31 de dezembro de 2014).
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("Bina"), com multa diária de R\$10.000,00 em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL. Com base na opinião de consultores jurídicos, as ações coletivas tem a probabilidade de um resultado desfavorável considerada remota.

Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2015 o montante consolidado de R\$3.338.604 (R\$2.611.340 em 31 de dezembro de 2014).
- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

18.4) Garantias

A Companhia e controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Em 30.09.15					
	Controladora			Consolidado		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	165.524	4.998.088	2.416.048	165.524	5.608.875	2.840.682
Total	165.524	4.998.088	2.416.048	165.524	5.608.875	2.840.682

Em 30 de setembro de 2015, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$58.774 (R\$64.899 em 31 de dezembro de 2014).

19) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Serviços e mercadorias (a)	549.237	764.791	549.237	764.791
Alienação de ativos imobilizados (b)	122.353	124.247	122.353	124.247
Receita de habilitação (c)	81.273	91.954	85.799	106.209
Programa de fidelização (d)	95.639	92.670	95.639	92.670
Subvenções governamentais (e)	126.935	77.113	126.935	77.113
Doações de equipamentos (f)	8.640	8.947	8.640	8.947
Outras receitas (g)	59.409	25.824	59.409	25.824
Total	1.043.486	1.185.546	1.048.012	1.199.801
 Circulante	 600.128	 704.589	 604.072	 717.019
Não circulante	443.358	480.957	443.940	482.782

- (a) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui o montante do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus usuários.
- (b) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- (c) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.
- (d) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- (e) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicação em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
- (f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.
- (g) Inclui valores do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

20) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTO FINANCEIRO E CONTRAPRESTAÇÃO CONTINGENTE

a) Composição

				Controladora					
Informações em 30 de setembro de 2015				30.09.15			31.12.14		
Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				1.295.469	5.161.743	6.457.212	1.445.347	5.116.491	6.561.838
Empréstimos e Financiamentos				489.502	1.145.429	1.634.931	665.848	1.498.983	2.164.831
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+ 0 a 9%	15/07/19	331.448	981.628	1.313.076	510.323	1.224.052	1.734.375
Financiamento – BNDES	BRL	2,5 a 8,7%	15/01/23	93.221	158.398	251.619	87.495	220.903	308.398
Financiamento – BNB	BRL	10,00%	30/10/16	64.833	5.403	70.236	68.030	54.028	122.058
Arrendamento Financeiro	R\$		31/08/33	29.369	232.836	262.205	24.452	205.892	230.344
Debêntures				776.598	3.419.731	4.196.329	755.047	3.411.616	4.166.663
4ª emissão – Série 2	R\$	106,8% do CDI	15/10/15	681.479	-	681.479	655.738	-	655.738
4ª emissão – Série 3	R\$	IPCA+4,00%	15/10/19	1.314	31.903	33.217	270	30.915	31.185
1ª emissão – Minas Comunica	R\$	IPCA+0,50%	05/07/21	-	88.942	88.942	-	82.186	82.186
3ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,75	10/09/17	15.576	1.999.338	2.014.914	71.825	1.999.433	2.071.258
4ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,68	25/04/18	78.229	1.299.548	1.377.777	27.214	1.299.082	1.326.296
Contraprestação Contingente	R\$			-	363.747	363.747	-	-	-
Moeda Estrangeira				164.854	489.452	654.306	819.171	418.251	1.237.422
Empréstimos e Financiamentos				164.854	489.452	654.306	819.171	418.251	1.237.422
Empréstimos – BEI	US\$			-	-	-	716.963	-	716.963
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	164.854	489.452	654.306	101.933	418.251	520.184
Comissão BBVA	R\$			-	-	-	275	-	275
Total				1.460.323	5.651.195	7.111.518	2.264.518	5.534.742	7.799.260
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro				683.725	1.867.717	2.551.442	1.509.471	2.123.126	3.632.597
Debêntures				776.598	3.419.731	4.196.329	755.047	3.411.616	4.166.663
Contraprestação Contingente				-	363.747	363.747	-	-	-
Total				1.460.323	5.651.195	7.111.518	2.264.518	5.534.742	7.799.260

				Consolidado					
Informações em 30 de setembro de 2015				30.09.15			31.12.14		
Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				1.675.958	6.340.248	8.016.206	1.445.347	5.116.491	6.561.838
Empréstimos e Financiamentos				869.991	2.323.934	3.193.925	665.848	1.498.983	2.164.831
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+ 0 a 9%	15/07/19	572.735	1.887.774	2.460.509	510.323	1.224.052	1.734.375
Financiamento – BNDES	BRL	2,5 a 8,7%	15/01/23	108.357	244.662	353.019	87.495	220.903	308.398
Financiamento – BNDES	BRL	IPCA + 2,95% + TR a.a	15/07/16	29.126	-	29.126	-	-	-
Financiamento – BNDES	BRL	SELIC ACUM. D-2 + 2,32% a.a	15/01/23	700	142.037	142.737	-	-	-
Financiamento – BNB	BRL	7,0% a 10%	30/10/16	65.871	49.461	115.332	68.030	54.028	122.058
Confirming	BRL	15,0%		93.202	-	93.202	-	-	-
Arrendamento Financeiro	R\$		31/08/33	29.369	232.836	262.205	24.452	205.892	230.344
Debêntures				776.598	3.419.731	4.196.329	755.047	3.411.616	4.166.663
4ª emissão – Série 2	R\$	106,8% do CDI	15/10/15	681.479	-	681.479	655.738	-	655.738
4ª emissão – Série 3	R\$	IPCA+4,00%	15/10/19	1.314	31.903	33.217	270	30.915	31.185
1ª emissão – Minas Comunica	R\$	IPCA+0,50%	05/07/21	-	88.942	88.942	-	82.186	82.186
3ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,75	10/09/17	15.576	1.999.338	2.014.914	71.825	1.999.433	2.071.258
4ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,68	25/04/18	78.229	1.299.548	1.377.777	27.214	1.299.082	1.326.296
Contraprestação Contingente	R\$			-	363.747	363.747	-	-	-
Moeda Estrangeira				2.237.590	489.452	2.727.042	819.171	418.251	1.237.422
Empréstimos e Financiamentos				2.237.590	489.452	2.727.042	819.171	418.251	1.237.422
Empréstimos – BEI	US\$			-	-	-	716.963	-	716.963
Senior Debit	EUR	Euribor + 1,05% a.a	26/10/15	2.072.736	-	2.072.736	-	-	-
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	164.854	489.452	654.306	101.933	418.251	520.184
Comissão BBVA	R\$			-	-	-	275	-	275
Total				3.913.548	6.829.700	10.743.248	2.264.518	5.534.742	7.799.260
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro				3.136.950	3.046.222	6.183.172	1.509.471	2.123.126	3.632.597
Debêntures				776.598	3.419.731	4.196.329	755.047	3.411.616	4.166.663
Contraprestação Contingente				-	363.747	363.747	-	-	-
Total				3.913.548	6.829.700	10.743.248	2.264.518	5.534.742	7.799.260

- (a) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
- (b) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
- (c) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

b) Empréstimos e Financiamentos

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES")

- Em 23 de outubro de 2007, foi aprovado um crédito de R\$2.034.717, sendo o subcrédito "A" no valor de R\$1.926.309 (TJLP + 3,73% a.a.) e o subcrédito "B" no valor de R\$108.408 (TJLP + 1,73% a.a.), prazo total de 8 anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de maio de 2010. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos foram comprovados e aceitos pelo BNDES e teve como finalidade o financiamento de investimentos de produtos e serviços de produção nacional.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R\$170.536, sendo totalmente liquidado em 15 de maio de 2015.

- Em 14 de outubro de 2011, foi contratada uma linha de financiamento no montante de R\$3.031.110, readequada em 2013 para R\$2.152.098, sendo o subcrédito "A" no valor de R\$1.360.455 (TJLP + 3,38% a.a.), subcrédito "B" no valor de R\$406.206 (UMBND + 2,38% a.a.), subcrédito "C" no valor de R\$282.149 (TJLP + 1,48% a.a.), subcrédito "D" no valor de R\$80.948 (TJLP + 4,08% a.a.) e o subcrédito "E" no valor de R\$22.340 (TJLP), prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de julho de 2014. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas, para contemplar novas negociações de linhas e modalidades de crédito com o banco. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia e os recursos foram destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

Como dois dos cinco subcréditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48% a.a.), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES foi ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultando em um saldo até 30 de setembro de 2015 de R\$11.024 (R\$13.517 em 31 de dezembro de 2014), nota 19.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2015 era de R\$1.966.383 (R\$2.049.346 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 1º de janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento no montante de até R\$319.927, com taxas de 4,5% e 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento de principal em 96 prestações mensais e sucessivas desde 15 de março de 2012, após um período de 2 anos de carência. Estes recursos foram obtidos através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 foi cancelado.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultando em um saldo até 30 de setembro de 2015 de R\$9.766 (R\$13.614 em 31 de dezembro de 2014), nota 19.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2015 era de R\$96.722 (R\$110.456 em 31 de dezembro de 2014).

- Entre 24 de novembro de 2010 e 31 de março de 2011, foram aprovadas linhas de financiamento no montante total de R\$29.066, com taxas de 5,5% a.a., TJLP + 5,7% a.a. e TJLP + 9,0% a.a., prazo total de 5 anos, com pagamento de principal em 48 prestações mensais e sucessivas desde 15 de janeiro de 2012, após um período de 1 ano de carência. Em 15 de dezembro de 2011, foram aprovados R\$11.097, com taxas de 5,0% a.a. e 8,7% a.a., prazo total de 36 meses, com pagamento de principal em 30 prestações mensais e sucessivas até a liquidação ocorrida em 15 de março de 2015. Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovados mais R\$9.493, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 36 meses, sendo 6 meses de carência de principal que foram totalmente liberados de acordo com a comprovação de realização de investimentos. A totalidade destas linhas de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. e 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em um saldo até 30 de setembro de 2015 de R\$54 (R\$826 em 31 de dezembro de 2014), nota 19.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2015 era de R\$3.814 (R\$12.863 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 1º de dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento no montante de R\$5.417, readequada posteriormente para R\$2.262, com taxa de 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento de principal em 96 prestações mensais e sucessivas desde 15 de fevereiro de 2013, após um período de 2 anos de carência, através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 30 de setembro de 2015 em R\$209 (R\$242 em 31 de dezembro de 2014), nota 19.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2015 era de R\$1.302 (R\$1.724 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento nos montantes de R\$353.483, readequadas posteriormente para R\$225.467, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal que foram liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 30 de setembro de 2015 em R\$29.125 (R\$31.286 em 31 de dezembro de 2014), nota 19.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2015 era de R\$146.504 (R\$213.985 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 1º de agosto de 2013, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R\$4.030, com taxa de 3,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal, que foram liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (3,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 30 de setembro de 2015 em R\$646 (R\$737 em 31 de dezembro de 2014), nota 19.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2015 era de R\$3.277 (R\$4.047 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 12 de dezembro de 2008, foi aprovado um crédito de R\$615.909 para a GVT, sendo o subcrédito “A” no valor de R\$158.520 (IPCA + TR + 2,95% a.a.) prazo total de 8 anos, com pagamento de principal em 6 prestações anuais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de Julho de 2011. O subcrédito “B” no valor de R\$369.880 (TJLP + 2,95% a.a.) e o subcrédito “C” no valor de R\$87.509 (TJLP + 2,05% a.a.), prazo total de 9 anos, com pagamento de principal em 72 prestações mensais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de junho de 2011. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES e teve como finalidade o financiamento de investimentos de produtos e serviços de produção nacional.

Em 21 de junho de 2010, a GVT recebeu autorização do BNDES referente a solicitação para liquidação antecipada parcial deste contrato. Os valores apresentados nesta nota representam o saldo da liquidação parcial executada em 15 de julho de 2010, mais as amortizações contratuais e regulares que se iniciaram em 15 de julho de 2011.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2015 era de R\$130.023.

- Em 9 de novembro de 2011 a GVT celebrou o segundo contrato de financiamento junto ao BNDES, obtendo recursos a serem destinados à complementação do plano de investimentos para o triênio 2011-2013, visando à expansão nas áreas de atuação atuais para novas áreas, modernização dos serviços de telecomunicação e *internet*, além do lançamento de novos serviços. O valor total do contrato é de R\$1.184.107, sendo o subcrédito “A” no valor de R\$875.365 (TJLP + 3,38% a.a.), subcrédito “B” no valor de R\$222.703 (TJLP + 1,48% a.a.), subcrédito “C” no valor de R\$81.177 (5% a.a.) e o subcrédito “D” no valor de R\$4.862 (TJLP), prazo total de 9 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2014. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 72 prestações mensais e sucessivas para os subcréditos “A”, “B” e “D” e para o subcrédito “C” amortização em 63 parcelas mensais e sucessivas. O valor remanescente de R\$45.490, foi cancelado em 9 de Abril de 2014 (subcrédito “B” R\$40.929 e subcrédito “C” R\$4.561)

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2015 era de R\$935.370.

- Em 30 de dezembro de 2014 a GVT celebrou o terceiro contrato de financiamento junto ao BNDES obtendo recursos a serem destinados para o plano de investimentos para o triênio 2014-2016, visando à expansão nas áreas de atuação atuais e para novas expansões da companhia. O valor total do financiamento é de R\$ 1.000.293, sendo o subcrédito “A” no valor de R\$297.486 (TJLP + 3,12% a.a.), subcrédito “B” no valor de R\$297.486 (Selic + 2,32% a.a.), subcrédito “C” no valor de R\$105.332 (6% a.a.), o subcrédito “D” no valor de R\$94.668 (4% a.a.), subcrédito “E” no valor de R\$195.749 (TJLP + 2,32% a.a.) e o subcrédito “F” no valor de R\$9.572 (TJLP) prazo total de 8 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2018 para os subcréditos “A”, “B”, “D”, “E” e “F”. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas, sendo a última em 15 de janeiro de 2023. Para o subcrédito “C” amortização em 60 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2022.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2015 era de R\$355.302.

Banco Europeu de Investimentos (“BEI”)

Em 31 de outubro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento no montante de €250 milhões (equivalente a US\$365 milhões na data da contratação), com taxas de 4,18% e 4,47% a.a., prazo total de 7 anos com pagamento do principal em duas prestações. A primeira parcela de R\$272.460 foi paga em 19 de dezembro de 2014 e a segunda parcela foi paga em 2 de março de 2015. Os juros foram cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato possuía uma operação de *swap* atrelada que transformava o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI e que também foi liquidada de acordo com o vencimento de cada uma das parcelas. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R\$716.963.

Banco do Nordeste ("BNB")

- Em 29 de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2008, a Companhia contratou linhas de financiamento nos montantes de R\$247.240 e R\$389.000, respectivamente, com taxa de 10% a.a., prazo total de 8 anos, com pagamento do principal em 78 e 72 parcelas, respectivamente, após o prazo de 2 anos de carência. Em 29 de janeiro de 2015, foi liquidada a primeira linha de financiamento. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2015 era de R\$70.236 (R\$122.058 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 18 de agosto de 2014, a GVT contratou linhas de financiamento nos montantes de R\$31.619 e R\$115.014, com taxas de 7,06% a.a. e 8,24% a.a., respectivamente, prazo total de 8 anos, com pagamento do principal em 72 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência a vencer em 18 de setembro de 2016. Em 17 de abril de 2015, foi feita a captação parcial no valor total de R\$5.719 referente à primeira linha e R\$38.959 referente à segunda linha de financiamento. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2015 era de R\$45.096.

Senior Debt

Em 9 de março de 2015, a GVT celebrou um contrato de financiamento junto ao banco *Societe Generale* no montante de €825 milhões com taxas de Euribor 3M + 1,05%.a.a, no prazo total de 180 dias a contar da captação.

O montante foi captado em duas tranches, sendo a primeira no dia 17 de março de 2015 no valor de €325 milhões (equivalente a R\$1.102.563), com pagamento do principal em uma única prestação em 14 de setembro de 2015. A segunda tranche foi captada no dia 28 de abril de 2015 no valor de €465 milhões (equivalente a R\$1.506.600), com pagamento do principal em sua totalidade no dia 26 de outubro de 2015 (nota 36). Os juros serão pagos trimestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI que será liquidada de acordo com o vencimento de cada uma das parcelas. O saldo remanescente no valor de €35 milhões foi cancelado em 16 de abril de 2015. No dia 14 de setembro de 2015, a GVT liquidou a primeira tranche no valor de R\$1.416.333 acrescida de juros e tributos.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2015 era de R\$2.072.736.

c) Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia obtém os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, relacionados a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão associados à rede de transmissão de energia, interligando cidades nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora/Consolidado	
	30.09.15	31.12.14
Valor nominal a pagar	710.867	653.240
Despesa financeira não realizada	(448.662)	(422.896)
Valor presente a pagar	262.205	230.344
Circulante	29.369	24.452
Não circulante	232.836	205.892

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 30 de setembro de 2015:

	Controladora/Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	32.294	29.369
Mais de um ano até cinco anos	147.362	102.512
Mais de cinco anos	531.211	130.324
Total	710.867	262.205

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

d) Debêntures

A seguir descrevemos algumas informações das debêntures vigentes em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Debêntures 1ª Emissão – Minas Comunica

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38 seria viabilizado.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico foram emitidas: (i) 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210, pelo atendimento a 15 localidades; (ii) 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390, pelo atendimento a 42 localidades; e (iii) 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, pelo atendimento a 77 localidades, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais. Trata-se de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

O saldo em 30 de setembro de 2015 era de R\$88.942 (R\$82.186 em 31 de dezembro de 2014).

Debêntures 4ª Emissão – Séries 1, 2 e 3

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais e para reforço do seu capital de giro.

1ª Série: Foram emitidas 98.000 debêntures na 1ª série. Considerando a não aprovação das condições de repactuação pelos titulares das debêntures da 1ª Série, a Companhia, conforme condições previstas na Escritura exerceu seu direito de realizar o resgate da totalidade das debêntures da 1ª série em 14 de novembro de 2014, para posterior cancelamento, no valor de R\$93.150.

2ª Série: Foram emitidas 640.000 debêntures na 2ª série. Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 2ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

Em reunião realizada em 22 de setembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as seguintes condições para a repactuação destas debêntures: i) durante o novo período de vigência da remuneração, as debêntures passarão a ter uma remuneração de 98% da taxa CDI, calculada de acordo com a fórmula constante à cláusula 5.4.1.5 da Escritura; e ii) o novo período de vigência será de 48 meses, a contar de 15 de outubro de 2015, inclusive, até 15 de outubro de 2019, intervalo de tempo em que permanecerão inalteradas as condições de remuneração definidas nesta repactuação, sendo que não haverá nova repactuação até o seu vencimento final.

Conforme previsto em Escritura, os debenturistas que não concordarem com as novas condições fixadas, poderão optar e exercer o direito de venda de suas debêntures à Companhia. O pagamento aos titulares destas debêntures que se manifestarem, na forma do item 5.2.1-A da Escritura, será realizado em 15 de outubro de 2015 sem acréscimo de prêmio de qualquer natureza.

As demais características da Emissão permanecem inalteradas, obedecendo ao disposto no Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia.

3ª Série: Foram emitidas 72.000 debêntures na 3ª série. Em 15 de outubro de 2014, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 3ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de setembro de 2014. O valor total repactuado foi de R\$31.489, sendo que a Companhia resgatou as debêntures dos titulares dissidentes no valor de R\$64.755 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

O saldo em 30 de setembro de 2015 era de R\$714.696 (R\$686.923 em 31 de dezembro de 2014).

Debêntures 3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R\$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando o montante de R\$2 bilhões.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (especificamente para liquidar o preço da autorização do leilão 4G) e para a manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 30 de setembro de 2015 era de R\$408 (R\$567 em 31 de dezembro de 2014), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

O saldo, líquido dos custos de transação, em 30 de setembro de 2015 era de R\$2.014.914 (R\$2.071.258 em 31 de dezembro de 2014).

Debêntures 4ª Emissão

Em 11 de abril de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no valor de R\$1,3 bilhão.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão serão integralmente utilizados para amortização de dívidas futuras, ao Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Foram emitidas 130.000 debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R\$10.000,00. As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 anos contados da respectiva data da emissão, 25 de abril de 2013, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,68% ao ano, base de 252 dias úteis.

Os custos de transação associados a esta emissão em 30 de setembro de 2015 eram de R\$706 (R\$918 em 31 de dezembro de 2014).

O saldo, líquido dos custos de transação, em 30 de setembro de 2015 era de R\$1.377.777 (R\$1.326.296 em 31 de dezembro de 2014).

e) Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart., foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso a GVT tenha êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos.

O montante apurado na data efetiva da aquisição do controle da GVTPart. (nota 3) é de R\$344.217, registrado como “Depósitos Judiciais, não circulante” na GVT. Este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente pela GVT e pela Companhia, utilizando o índice SELIC.

O saldo da contraprestação contingente em 30 de setembro de 2015 era de R\$363.747.

f) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e contraprestação contingente em 30 de setembro de 2015 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>				
	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Arrendamento financeiro</u>	<u>Contraprestação contingente</u>	<u>Total</u>
2016	595.425	1.999.338	29.155	-	2.623.918
2017	566.293	1.346.864	27.161	-	1.940.318
2018	467.672	13.875	25.298	-	506.845
2019	5.491	45.778	20.898	-	72.167
2020	-	13.876	15.848	-	29.724
2021 em diante	-	-	114.476	363.747	478.223
Total	1.634.881	3.419.731	232.836	363.747	5.651.195

Ano	Consolidado				Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	
2016	840.579	1.999.338	29.155	-	2.869.072
2017	813.760	1.346.864	27.161	-	2.187.785
2018	737.137	13.875	25.298	-	776.310
2019	248.026	45.778	20.898	-	314.702
2020	77.659	13.876	15.848	-	107.383
2021 em diante	96.225	-	114.476	363.747	574.448
Total	2.813.386	3.419.731	232.836	363.747	6.829.700

g) Cláusulas Restritivas

Existem empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados nos quadros das notas 20b) e 20d), respectivamente, que possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants*, descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Parte dos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 30 de setembro de 2015 era de R\$3.387.468 (R\$2.252.924 em 31 de dezembro de 2014), possui índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, séries 2 e 3, cujo saldo em 30 de setembro de 2015 era de R\$714.696 (R\$686.923 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 3ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 30 de setembro de 2015 era de R\$2.014.914 (R\$2.071.258 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 30 de setembro de 2015 era de R\$1.377.777 (R\$1.326.296 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures do Programa Minas Comunica, cujo saldo em 30 de setembro de 2015 era de R\$88.942 (R\$82.186 em 31 de dezembro de 2014), possuem cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

h) Garantias

Em 30 de setembro de 2015, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e da GVT, conforme quadro a seguir:

Credores	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
BNDES	R\$1.313.076 (URTJLP) R\$654.306 (UMBND) R\$251.619 (PSI)	<ul style="list-style-type: none"> Contrato (2011): Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior. Contrato (PSI): alienação dos ativos financiados.
	R\$1.147.433 (URTJLP) R\$142.737 (UMSELIC) R\$29.126 (UMIPCA) R\$101.400 (Pré)	<ul style="list-style-type: none"> Contratos da GVT (2008, 2011 e 2014): cessão de recebíveis referente o limite de até 20% do saldo devedor da operação, ou 5 vezes a última prestação vencida de cada um dos subcréditos, incluindo o principal da dívida, juros, comissões, penas convencionais, multas e demais encargos nele previstos.
BNB	R\$70.236	<ul style="list-style-type: none"> Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldos de R\$28.076 e R\$60.454 em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.
	R\$45.096	<ul style="list-style-type: none"> Fiança bancária concedida pelo Banco Safra no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldo de R\$9.479 em 30 de setembro de 2015.

i) **Movimentação**

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

	Controladora				Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.13	4.233.062	4.301.615	218.878	-	8.753.555
Ingressos	262.320	-	-	-	262.320
Subvenção governamental (nota 19)	(28.817)	-	-	-	(28.817)
Encargos financeiros	196.165	346.074	25.489	-	567.728
Custos de emissão	-	421	-	-	421
Atualização monetária e cambial	61.838	-	-	-	61.838
Baixas (pagamentos)	(931.672)	(319.579)	(19.955)	-	(1.271.206)
Saldo em 30.09.14	3.792.896	4.328.531	224.412	-	8.345.839
Ingressos	24.764	31.489	8.269	-	64.522
Subvenção governamental (nota 19)	(3.536)	-	-	-	(3.536)
Encargos financeiros	48.871	119.141	3.240	-	171.252
Custos de emissão	-	128	-	-	128
Atualização monetária e cambial	122.317	-	-	-	122.317
Baixas (pagamentos)	(583.059)	(312.626)	(5.577)	-	(901.262)
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	-	7.799.260
Ingressos	12.580	-	43.345	-	55.925
Subvenção governamental (nota 19)	(1.606)	-	-	-	(1.606)
Encargos financeiros	145.831	402.858	9.628	19.530	577.847
Custos de emissão	-	371	-	-	371
Atualização monetária e cambial	312.712	-	-	-	312.712
Baixas (pagamentos)	(1.582.533)	(373.563)	(21.112)	-	(1.977.208)
Combinação de negócios (nota 3)	-	-	-	344.217	344.217
Saldo em 30.09.15	2.289.237	4.196.329	262.205	363.747	7.111.518

	Consolidado				Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.13	4.233.062	4.301.615	218.878	-	8.753.555
Ingressos	262.320	-	-	-	262.320
Subvenção governamental (nota 19)	(28.817)	-	-	-	(28.817)
Encargos financeiros	196.165	346.074	25.489	-	567.728
Custos de emissão	-	421	-	-	421
Atualização monetária e cambial	61.838	-	-	-	61.838
Baixas (pagamentos)	(931.672)	(319.579)	(19.955)	-	(1.271.206)
Saldo em 30.09.14	3.792.896	4.328.531	224.412	-	8.345.839
Ingressos	24.764	31.489	8.269	-	64.522
Subvenção governamental (nota 19)	(3.536)	-	-	-	(3.536)
Encargos financeiros	48.871	119.141	3.240	-	171.252
Custos de emissão	-	128	-	-	128
Atualização monetária e cambial	122.317	-	-	-	122.317
Baixas (pagamentos)	(583.059)	(312.626)	(5.577)	-	(901.262)
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	-	7.799.260
Ingressos	12.580	-	43.345	-	55.925
Subvenção governamental (nota 19)	(1.606)	-	-	-	(1.606)
Encargos financeiros	219.216	402.858	9.628	19.530	651.232
Custos de emissão	-	371	-	-	371
Atualização monetária e cambial	1.248.147	-	-	-	1.248.147
Baixas (pagamentos)	(6.016.590)	(373.563)	(21.112)	-	(6.411.265)
Combinação de negócios (nota 3)	7.056.967	-	-	344.217	7.401.184
Saldo em 30.09.15	5.920.967	4.196.329	262.205	363.747	10.743.248

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Licenças de autorização (a)	904.459	1.178.978	904.459	1.178.978
Grupamento e fracionamento de ações (b)	388.831	388.975	388.831	388.975
Obrigações com partes relacionadas (nota 29)	166.004	296.961	123.351	119.803
Ônus de renovação de licenças (c)	266.643	275.839	266.643	275.839
Retenções de terceiros	129.317	202.390	140.810	204.227
Valores a restituir a assinantes	92.126	41.260	95.125	43.445
Outras obrigações	64.562	46.258	167.456	70.141
Total	2.011.942	2.430.661	2.086.675	2.281.408
Circulante	1.315.199	1.442.724	1.316.090	1.322.616
Não circulante	696.743	987.937	770.585	958.792

- (a) Refere-se à parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão constituíram, a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV ("EAD"), a qual é responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 4 parcelas anuais corrigidas pelo IGP-DI.
- (b) Refere-se ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes de processos de grupamento e fracionamento das ações do capital social da Companhia e de sociedades incorporadas.
- (c) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP (nota 1b).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Oferta Primária de Ações

Em 6 de maio de 2015, em conformidade aos termos do disposto na Instrução CVM nº 358, de 3/01/02 e no artigo 29 da Instrução da CVM nº 400, a Companhia, em conjunto com diversas instituições financeiras comunicaram o encerramento da Oferta Primária de Ações de 121.711.240 Ações Ordinárias e 243.086.248 Ações Preferenciais, ambas de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, inclusive sob a forma de ADS, representadas por ADR por meio de um aumento do capital social da Companhia, que observou a proporção entre ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, a serem emitidas pela Companhia dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com prioridade de subscrição para os acionistas, nos termos da Oferta Prioritária, realizada simultaneamente no Brasil e da Oferta Global ao preço de R\$38,47 por Ação Ordinária e R\$47,00 por Ação Preferencial, perfazendo o total de R\$16.107.285.

Em decorrência da Oferta Primária de Ações, o Conselho de Administração da Companhia aprovou aumentos de capital, dentro do limite de seu capital autorizado previsto no artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76, conforme segue:

- Em reunião realizada em 28 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento de capital social no montante de R\$15.812.000, com a emissão de 121.711.240 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$38,47 e de 236.803.588 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$47,00, ambas de emissão da Companhia. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$37.798.110 para R\$53.610.110, sendo representado por 503.046.911 ações ordinárias e 978.737.161 ações preferenciais.

Os custos diretos relacionados a este aumento de capital da Companhia totalizaram aproximadamente R\$95.170 (R\$62.812, líquidos de tributos), foram contabilizados como redutores de outras reservas de capital.

- Em reunião realizada em 30 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento de capital social no montante de R\$295.285, com a emissão de 6.282.660 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$47,00. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$53.610.110 para R\$53.905.395, sendo representado por 503.046.911 ações ordinárias e 985.019.821 ações preferenciais.

Os custos diretos relacionados a este aumento de capital da Companhia totalizaram aproximadamente R\$5.720 (R\$3.776, líquidos de tributos), foram contabilizados como redutores de outras reservas de capital.

Incorporação de Ações da GVTPart.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2015, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$9.666.021, com a emissão de 68.597.306 ações ordinárias e 134.320.885 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da incorporação de ações da GVTPart., nos termos do Protocolo (nota 3). Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$53.905.395 para R\$63.571.416, sendo representado por 571.644.217 ações ordinárias e 1.119.340.706 ações preferenciais.

Direito de Recesso

Em decorrência da aprovação da aquisição do controle da GVTPart., os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que dissentiram das deliberações tomadas na AGE, tiveram o direito de se retirar da Companhia, mediante o reembolso do valor das ações de que comprovadamente eram titulares em 19 de setembro de 2014 (inclusive), conforme divulgado no Aviso aos Acionistas datado de 25 de setembro de 2014 (nota 22 c.3).

Operações de swap de ações da Companhia entre a Telefónica e FrHolding108

Em 24 de junho de 2015, foi concluída a operação de swap de ações entre a Telefónica e a FrHolding108, por meio da qual a FrHolding108 transferiu à Telefónica 76.656.559 ações, representando 4,5% do capital social da Companhia, sendo 68.597.306 ações ordinárias, representando 12% das ações de referida espécie e 8.059.253 ações preferenciais, representando 0,72% das ações de referida espécie de emissão da Companhia, em troca de 1.110.000.000 ações representando 8,2% das ações ordinárias da Telecom Itália, anteriormente detidas pela TELCO, subsidiária da Telefónica.

Em 29 de julho de 2015, após o fechamento da Bolsa de Valores de Nova York (*New York Stock Exchange*) a Vivendi alienou 67.861.632 ações preferenciais da Companhia, representando 4% de seu capital social. Nesta mesma data, foi concluída a operação de swap de ações entre a Telefónica e a FrHolding108, resultando na transferência de 46.000.000 de ações de emissão da Telefónica mantidas em tesouraria à FrHolding108, em troca de 58.400.000 ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pela FrHolding108, transferidas para a Telefónica. Desta forma, a participação da Telefónica na Companhia foi elevada em 5,2% em relação à totalidade de ações preferenciais e 3,5% em relação ao capital social total da Companhia. De modo inverso, a participação acionária da FrHolding108 na Companhia foi reduzida na mesma proporção e, portanto, a partir desta data a FrHolding108 não detém qualquer participação acionária na Companhia.

Representação do Capital Social

O capital social realizado em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R\$63.571.416 e R\$37.798.110, respectivamente.

Após todos os eventos descritos, o capital subscrito e integralizado passou a ser representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Em 30 de setembro de 2015

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral		%, exceto ações em tesouraria
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria	
Acionistas							
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%	73,69%
Telefónica Internacional S.A.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%	24,12%
Telefónica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%	29,81%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%	19,70%
Telefónica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%	0,06%
Acionistas não controladores	29.320.789	5,13%	415.132.117	37,09%	444.452.906	26,28%	26,31%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.132.117	37,09%	444.452.906	26,28%	26,31%
Total de ações em circulação	569.354.053	99,60%	1.119.339.972	100,00%	1.688.694.025	99,86%	100,00%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	734	0,00%	2.290.898	0,14%	0,00%
Total de ações	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%	100,00%
Valor Patrimonial por ação em circulação:					R\$	39,91	

Em 31 de dezembro de 2014

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral		%, exceto ações em tesouraria
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria	
Acionistas							
Grupo Controlador	350.127.371	91,76%	480.624.588	64,60%	830.751.959	73,81%	73,96%
Telefónica Internacional S.A.	58.859.918	15,43%	271.707.098	36,53%	330.567.016	29,38%	29,44%
Telefónica S.A.	97.976.194	25,68%	179.862.845	24,17%	277.839.039	24,68%	24,73%
SP Telecomunicações Participações Ltda	192.595.149	50,47%	29.042.853	3,90%	221.638.002	19,69%	19,73%
Telefónica Chile S.A.	696.110	0,18%	11.792	0,00%	707.902	0,06%	0,06%
Acionistas não controladores	31.208.300	8,17%	261.308.985	35,12%	292.517.285	25,98%	26,04%
Outros acionistas	31.208.300	8,17%	261.308.985	35,12%	292.517.285	25,98%	26,04%
Total de ações em circulação	381.335.671	99,93%	741.933.573	99,72%	1.123.269.244	99,78%	100,00%
Ações em tesouraria	251.440	0,07%	2.081.246	0,28%	2.332.686	0,21%	0,00%
Total de ações	381.587.111	100,00%	744.014.819	100,00%	1.125.601.930	100,00%	100,00%
Valor Patrimonial por ação em circulação:					R\$	40,02	

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; artigo 166; IV – estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

b) Prêmio na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R (IFRS 10 a partir de 2013)/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R\$70.448.

c) Reservas de Capital

c.1) Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R\$63.074.

c.2) Outras Reservas de Capital

Representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

Em 12 de março de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sendo 251.440 ações ordinárias e 2.081.246 ações preferenciais, no montante de R\$112.107.

Os custos diretos (líquidos de tributos) relacionados aos aumentos de capital da Companhia decorrentes da Oferta Primária de Ações foram reconhecidos nesta rubrica no montante de R\$66.588.

A diferença entre o valor econômico das ações incorporadas e o valor de mercado das ações emitidas na data de fechamento da transação foi reconhecida nesta rubrica no montante de R\$1.188.707.

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2015 era de R\$1.368.528 (R\$2.735.930 em 31 de dezembro de 2014).

c.3) Ações em Tesouraria

Tendo em vista o encerramento, em 30 de junho de 2015, do prazo para os acionistas manifestarem a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart. (nota 3), bem como à incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia, com a consequente conversão da GVTPart. em subsidiária integral da Companhia ("Operação"), conforme divulgado em 29 de maio de 2015, a Companhia, nos termos do artigo nº 137, parágrafo 3º de Lei 6.404/76, não reconsiderou as deliberações tomadas na AGE da Companhia realizada em 28 de maio de 2015 na qual a Operação foi aprovada.

Em decorrência da aprovação da Operação, os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que dissentiram das deliberações tomadas na AGE, tiveram o direito de se retirar da Companhia, mediante o reembolso do valor das ações de que comprovadamente eram titulares em 19 de setembro de 2014 (inclusive), conforme divulgado no Aviso aos Acionistas datado de 25 de setembro de 2014.

Desta forma, no terceiro trimestre de 2015, a Companhia efetuou o pagamento de R\$87.805 aos acionistas que exerceram o direito de recesso, incluindo no caso de acionistas que solicitaram o levantamento de balanço especial.

As ações da Companhia mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2014 eram provenientes dos processos: (i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); (ii) de incorporação das ações da Vivo Participações (ocorrido em 2011); e (iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais. Em 12 de março de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sendo 251.440 ações ordinárias e 2.081.246 ações preferenciais.

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2015 era de R\$87.805 (R\$112.107 em 31 de dezembro de 2014).

d) Reservas de Lucro

d.1) Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R\$1.532.630.

d.2) Reserva para Incentivos Fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP.

A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2015 era de R\$4.811 (R\$1.849 em 31 de dezembro de 2014).

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Dividendos Complementares do Exercício de 2014

Em 30 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a destinação de dividendos intermediários no montante de R\$2.750.000, com base nos lucros existentes do balanço de 31 de dezembro de 2014, equivalente a R\$2,296522661346 por ação ordinária e R\$2,526174927480 por ação preferencial. O pagamento da 1ª parcela destes dividendos no montante de R\$855.405 destes dividendos intermediários foi realizado em 12 de junho de 2015. O montante restante será pago até o final do exercício de 2015, em data a ser definida pela Diretoria, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 10 de fevereiro de 2015, inclusive.

Em 9 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2014, ainda não distribuídos, no montante de R\$18.592, equivalente a R\$0,015526054057 e R\$0,017078659463 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O montante será pago até o final do exercício de 2015, em data a ser definida pela Diretoria.

O saldo de dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2014 era de R\$2.768.592.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Intermediários de 2015

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia destinou dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (a)	
	Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos	12/05/2015	30/04/2015	Até 31/12/16	85.608	184.392	270.000	-	-	-	0,170179	0,187196
JSCP	12/05/2015	30/04/2015	Até 31/12/16	163.289	351.711	515.000	138.796	298.954	437.750	0,275910	0,303501
JSCP	20/07/2015	31/07/2015	Até 31/12/16	69.880	151.120	221.000	59.398	128.452	187.850	0,104432	0,114757
JSCP	20/08/2015	31/08/2015	Até 31/12/16	74.939	162.061	237.000	63.698	137.752	201.450	0,111878	0,123065
JSCP	18/09/2015	30/09/2015	Até 31/12/16	46.481	100.519	147.000	39.509	85.441	124.950	0,069392	0,076332
Total				440.197	949.803	1.390.000	301.401	650.599	952.000		

(a) Os valores de JSCP estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF).

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

f. Outros Resultados Abrangentes

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Operações com derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Diferença de conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes líquidos dos tributos:

	Consolidado				
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Operações com derivativos	Diferença de conversão de investimentos no exterior	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31.12.13	(2.658)	6.610	12.897	-	16.849
Variação cambial	-	-	(3.525)	-	(3.525)
Ingressos de contratos futuros	-	31.299	-	-	31.299
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(3.418)	-	-	-	(3.418)
Saldos em 30.09.14	(6.076)	37.909	9.372	-	41.205
Variação cambial	-	-	2.974	-	2.974
Ingressos de contratos futuros	-	189.912	-	-	189.912
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(1.626)	-	-	-	(1.626)
Saldos em 31.12.14	(7.702)	227.821	12.346	-	232.465
Variação cambial	-	-	25.900	-	25.900
Ingressos de contratos futuros	-	(237.402)	-	-	(237.402)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(1.080)	-	-	-	(1.080)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(251)	(251)
Saldos em 30.09.15	(8.782)	(9.581)	38.246	(251)	19.632

23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.15	30.09.14	30.09.15	30.09.14
Receita operacional bruta	12.793.668	12.483.064	38.337.481	37.277.827
Serviços de Telecomunicações (a)	11.830.976	11.734.340	35.570.706	34.973.303
Venda de mercadorias e aparelhos	962.692	748.724	2.766.775	2.304.524
Deduções da receita operacional bruta	(4.256.680)	(4.292.374)	(12.964.336)	(12.768.845)
Serviços de Telecomunicações	(3.716.327)	(3.852.927)	(11.342.582)	(11.381.155)
Tributos	(2.990.593)	(2.923.289)	(9.003.455)	(8.637.456)
Descontos concedidos	(725.734)	(929.638)	(2.339.127)	(2.743.699)
Venda de mercadorias e aparelhos	(540.353)	(439.447)	(1.621.754)	(1.387.690)
Tributos	(146.084)	(109.710)	(410.486)	(319.474)
Descontos concedidos e devoluções	(394.269)	(329.737)	(1.211.268)	(1.068.216)
Receita operacional líquida	8.536.988	8.190.690	25.373.145	24.508.982

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.15	30.09.14	30.09.15	30.09.14
Receita operacional bruta	16.080.354	13.110.185	44.702.205	39.040.598
Serviços de Telecomunicações (a)	15.039.043	12.284.412	41.736.609	36.549.351
Venda de mercadorias e aparelhos	1.041.311	825.773	2.965.596	2.491.247
Deduções da receita operacional bruta	(5.499.574)	(4.386.270)	(15.176.222)	(13.088.159)
Serviços de Telecomunicações	(4.949.239)	(3.942.655)	(13.531.651)	(11.693.510)
Tributos	(3.509.708)	(3.011.676)	(10.003.554)	(8.943.247)
Descontos concedidos	(1.439.531)	(930.979)	(3.528.097)	(2.750.263)
Venda de mercadorias e aparelhos	(550.335)	(443.615)	(1.644.571)	(1.394.649)
Tributos	(156.066)	(113.878)	(433.303)	(326.433)
Descontos concedidos e devoluções	(394.269)	(329.737)	(1.211.268)	(1.068.216)
Receita operacional líquida	10.580.780	8.723.915	29.525.983	25.952.439

(a) Os montantes de contratos de swap de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os trimestres findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foram de R\$145.389 e R\$112.801, respectivamente (nota 24).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os trimestres findos em 30 de setembro de 2015 e 2014.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

24) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	Períodos de três meses findos em							
	30.09.15		30.09.14					
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(132.480)	(461.817)	(50.187)	(644.484)	(114.806)	(387.233)	(121.379)	(623.418)
Serviços de terceiros	(1.013.276)	(1.469.206)	(183.847)	(2.666.329)	(831.659)	(1.429.137)	(188.964)	(2.449.760)
Interconexão e uso de rede	(622.070)	-	-	(622.070)	(788.176)	-	-	(788.176)
Publicidade e propaganda	-	(240.567)	-	(240.567)	-	(251.182)	-	(251.182)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(467.048)	(32.578)	(47.454)	(547.080)	(401.669)	(34.400)	(43.986)	(480.055)
Impostos, taxas e contribuições	(325.187)	(456)	(27.469)	(353.112)	(409.764)	(647)	(30.488)	(440.899)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(281.099)	-	(281.099)	-	(216.461)	-	(216.461)
Depreciação e amortização	(1.083.371)	(235.664)	(89.075)	(1.408.110)	(1.011.006)	(215.258)	(78.236)	(1.304.500)
Custo das mercadorias vendidas	(648.382)	-	-	(648.382)	(466.319)	-	-	(466.319)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(23.322)	(38.052)	2.968	(58.406)	(18.501)	(53.078)	(1.350)	(72.929)
Total	(4.315.136)	(2.759.439)	(395.064)	(7.469.639)	(4.041.900)	(2.587.396)	(464.403)	(7.093.699)

Controladora								
Períodos de nove meses findos em								
	30.09.15				30.09.14			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(372.335)	(1.283.028)	(243.782)	(1.899.145)	(337.709)	(1.143.920)	(347.647)	(1.829.276)
Serviços de terceiros	(2.902.577)	(4.393.824)	(596.577)	(7.892.978)	(2.476.162)	(4.244.167)	(557.540)	(7.277.869)
Interconexão e uso de rede	(1.930.637)	-	-	(1.930.637)	(2.451.373)	-	-	(2.451.373)
Publicidade e propaganda	-	(702.469)	-	(702.469)	-	(695.704)	-	(695.704)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(1.342.463)	(102.068)	(136.673)	(1.581.204)	(1.138.710)	(95.833)	(138.903)	(1.373.446)
Impostos, taxas e contribuições	(1.229.928)	(2.528)	(34.936)	(1.267.392)	(1.267.209)	(2.007)	(78.872)	(1.348.088)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(824.644)	-	(824.644)	-	(613.146)	-	(613.146)
Depreciação e amortização	(3.262.496)	(697.690)	(258.822)	(4.219.008)	(2.989.893)	(683.344)	(253.459)	(3.926.696)
Custo das mercadorias vendidas	(1.794.468)	-	-	(1.794.468)	(1.412.004)	-	-	(1.412.004)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(73.089)	(122.329)	(2.007)	(197.425)	(50.601)	(147.192)	(17.143)	(214.936)
Total	(12.907.993)	(8.128.580)	(1.272.797)	(22.309.370)	(12.123.661)	(7.625.313)	(1.393.564)	(21.142.538)

Consolidado								
Períodos de três meses findos em								
	30.09.15				30.09.14			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(227.775)	(550.235)	(105.043)	(883.053)	(120.106)	(387.827)	(121.962)	(629.895)
Serviços de terceiros	(1.456.315)	(1.581.237)	(214.060)	(3.251.612)	(1.004.031)	(1.435.151)	(194.112)	(2.633.294)
Interconexão e uso de rede	(651.416)	-	-	(651.416)	(798.536)	-	-	(798.536)
Publicidade e propaganda	-	(298.391)	-	(298.391)	-	(251.182)	-	(251.182)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(548.131)	(37.686)	(48.577)	(634.394)	(403.522)	(34.400)	(43.983)	(481.905)
Impostos, taxas e contribuições	(356.308)	(642)	(27.001)	(383.951)	(414.799)	(647)	(31.116)	(446.562)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(349.376)	-	(349.376)	-	(230.562)	-	(230.562)
Depreciação e amortização	(1.423.198)	(328.459)	(93.279)	(1.844.936)	(1.017.019)	(215.258)	(78.287)	(1.310.564)
Custo das mercadorias vendidas	(689.092)	-	-	(689.092)	(516.617)	-	-	(516.617)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(29.547)	(47.512)	(41)	(77.100)	(18.994)	(53.245)	(1.355)	(73.594)
Total	(5.381.782)	(3.193.538)	(488.001)	(9.063.321)	(4.293.624)	(2.608.272)	(470.815)	(7.372.711)

Consolidado								
Períodos de nove meses findos em								
	30.09.15				30.09.14			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(537.808)	(1.429.168)	(329.762)	(2.296.738)	(351.598)	(1.147.862)	(349.496)	(1.848.956)
Serviços de terceiros	(3.887.479)	(4.587.199)	(667.371)	(9.142.049)	(2.995.629)	(4.253.888)	(575.600)	(7.825.117)
Interconexão e uso de rede	(1.980.938)	-	-	(1.980.938)	(2.451.486)	-	-	(2.451.486)
Publicidade e propaganda	-	(797.653)	-	(797.653)	-	(695.704)	-	(695.704)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(1.480.942)	(110.466)	(138.426)	(1.729.834)	(1.143.338)	(95.833)	(138.913)	(1.378.084)
Impostos, taxas e contribuições	(1.289.573)	(3.110)	(35.197)	(1.327.880)	(1.282.466)	(2.007)	(79.574)	(1.364.047)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(958.588)	-	(958.588)	-	(658.832)	-	(658.832)
Depreciação e amortização	(3.821.476)	(851.687)	(271.763)	(4.944.926)	(3.006.004)	(683.344)	(253.606)	(3.942.954)
Custo das mercadorias vendidas	(1.904.325)	-	-	(1.904.325)	(1.522.855)	-	-	(1.522.855)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(84.529)	(137.904)	(6.736)	(229.169)	(52.661)	(147.814)	(17.148)	(217.623)
Total	(14.987.070)	(8.875.775)	(1.449.255)	(25.312.100)	(12.806.037)	(7.685.284)	(1.414.337)	(21.905.658)

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os trimestres findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foram de R\$145.389 e R\$112.801, respectivamente (nota 23).

25) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Controladora				
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.15	30.09.14	30.09.15	30.09.14
Multas e despesas recuperadas	111.609	99.890	307.706	283.195
Provisões desmobilização de ativos, trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(252.423)	(184.778)	(698.376)	(588.554)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	(4.552)	(11.097)	(10.905)	(25.663)
Outras receitas (despesas)	5.266	(27.993)	(9.210)	(33.169)
Total	(140.100)	(123.978)	(410.785)	(364.191)
Outras receitas operacionais	160.446	122.890	404.158	347.722
Outras despesas operacionais	(300.546)	(246.868)	(814.943)	(711.913)
Total	(140.100)	(123.978)	(410.785)	(364.191)

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.15	30.09.14	30.09.15	30.09.14
Multas e despesas recuperadas	128.340	104.417	337.474	310.670
Provisões desmobilização de ativos, trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(299.888)	(185.111)	(767.249)	(589.925)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	(14.548)	(5.190)	(21.918)	(20.632)
Outras receitas (despesas)	3.148	(28.326)	(9.877)	(33.991)
Total	(182.948)	(114.210)	(461.570)	(333.878)
Outras receitas operacionais	178.767	127.417	439.224	375.279
Outras despesas operacionais	(361.715)	(241.627)	(900.794)	(709.157)
Total	(182.948)	(114.210)	(461.570)	(333.878)

26) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.15	30.09.14	30.09.15	30.09.14
Receitas de aplicações financeiras	196.115	136.888	548.354	395.984
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	18.678	39.548	53.532	101.263
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(161.027)	(194.061)	(577.847)	(567.728)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(163.515)	(143.570)	(312.712)	(61.838)
Ganho (perdas) com operações com derivativos	84.046	121.935	375.096	6.259
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(52.524)	(45.744)	(149.638)	(141.435)
Outras receitas (despesas) com variações cambiais e monetárias	2.739	(24.371)	(101.122)	(63.146)
Tributos (IOF, PIS, COFINS), <i>Fair Value</i> (ativos e passivos) e outras despesas (receitas) financeiras	(51.512)	(1.956)	(155.214)	(21.921)
Resultado financeiro, líquido	(127.000)	(111.331)	(319.551)	(352.562)
Receitas financeiras	301.578	298.371	976.982	503.506
Despesas financeiras	(428.578)	(409.702)	(1.296.533)	(856.068)
Total	(127.000)	(111.331)	(319.551)	(352.562)

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.15	30.09.14	30.09.15	30.09.14
Receitas de aplicações financeiras	223.769	166.723	631.891	456.219
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	20.826	39.577	60.201	101.049
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(201.662)	(194.061)	(651.232)	(567.728)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(907.770)	(143.570)	(1.248.147)	(61.838)
Ganho (perdas) com operações com derivativos	746.120	121.935	1.008.343	6.259
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(58.590)	(46.240)	(157.557)	(142.894)
Outras receitas (despesas) com variações cambiais e monetárias	(15.034)	(24.310)	(125.050)	(62.256)
Tributos (IOF, PIS, COFINS), <i>Fair Value</i> (ativos e passivos) e outras despesas (receitas) financeiras	(66.199)	3.554	(166.368)	(5.581)
Resultado financeiro, líquido	(258.540)	(76.392)	(647.919)	(276.770)
Receitas financeiras	990.715	331.789	1.700.435	563.527
Despesas financeiras	(1.249.255)	(408.181)	(2.348.354)	(840.297)
Total	(258.540)	(76.392)	(647.919)	(276.770)

27) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das ITRs são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os trimestres findos em 30 de setembro de 2015 e 2014.

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.15	30.09.14	30.09.15	30.09.14
Lucro antes dos tributos	981.032	1.064.082	2.841.674	3.175.444
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(333.551)	(361.788)	(966.169)	(1.079.651)
<u>Diferenças permanentes e temporárias</u>				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos	61.466	68.816	172.800	178.756
Dividendos prescritos	-	-	(6.552)	(3.722)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(31.336)	(33.376)	(103.250)	(90.506)
Ajuste de tributos diferidos Lei 12973/14 (a)	-	-	-	1.195.989
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	205.700	288.168	380.800	288.168
Outras (adições) exclusões	2.854	(3.577)	16.397	11.270
Débito (crédito) tributário	(94.867)	(41.757)	(505.974)	500.304
Taxa efetiva	9,7%	3,9%	17,8%	-15,8%
IRPJ e CSLL corrente	(21.072)	77.809	(362.113)	(532.220)
IRPJ e CSLL diferido	(73.795)	(119.566)	(143.861)	1.032.524

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.15	30.09.14	30.09.15	30.09.14
Lucro antes dos tributos	1.076.768	1.165.645	3.105.863	3.442.635
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(366.101)	(396.319)	(1.055.993)	(1.170.496)
<u>Diferenças permanentes e temporárias</u>				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos	271	1.715	500	2.211
Dividendos prescritos	-	-	(6.552)	(3.722)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(35.561)	(34.033)	(110.322)	(91.180)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	205.700	288.168	380.800	288.168
Ajuste de tributos diferidos Lei 12973/14 (a)	-	-	-	1.195.989
Outras (adições) exclusões	5.088	(2.851)	21.404	12.143
Débito (crédito) tributário	(190.603)	(143.320)	(770.163)	233.113
Taxa efetiva	17,7%	12,3%	24,8%	-6,8%
IRPJ e CSLL corrente	(145.268)	15.130	(706.457)	(730.322)
IRPJ e CSLL diferido	(45.335)	(158.450)	(63.706)	963.435

- (a) Após a entrada em vigor da Lei nº 12.973 (conversão da Medida Provisória nº 627/13), publicada em 14 de maio de 2014, a Companhia revisou as bases fiscais de certos intangíveis decorrentes de combinações de negócios, representando um efeito líquido positivo no resultado na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$1.195.989.

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 7.2.

28) RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. As transações que geraram a emissão de ações ordinárias e preferenciais da Companhia durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 estão detalhadas na nota 22.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os trimestres findos em 30 de setembro de 2015 e 2014:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.15	30.09.14	30.09.15	30.09.14
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas detentores de ações:	886.165	1.022.325	2.335.700	3.675.748
Ordinárias	280.203	325.562	740.871	1.170.553
Preferenciais	605.962	696.763	1.594.829	2.505.195
Número de Ações:	1.688.694	1.123.269	1.424.553	1.123.269
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período	569.354	381.335	481.765	381.335
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o período	1.119.340	741.934	942.788	741.934
Resultado básico e diluído por ação:				
Ações ordinárias	0,49	0,85	1,54	3,07
Ações preferenciais	0,54	0,94	1,69	3,38

29) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo da Telefónica;
- b) Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- c) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefónica Engenharia e Segurança do Brasil;
- d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- e) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, prestados pela Telefónica Global Technology;
- f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telefónica International Wholesale Brasil, Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- g) Gestão de Projetos Telecom (*Outsourcing Telecom*) - Contrato *Professional Services*, prestados pela Telefónica Serviços Empresariais do Brasil
- h) Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy*, prestados pela Telefónica Transportes e Logística;
- i) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz, prestados pela Terra Networks Brasil;
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- l) Reembolso de despesas (provenientes de honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos), pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica.
- n) Plano de ações aos empregados da Companhia, TData e GVT, vinculado a aquisição de ações da empresa Telefónica;
- o) *Cost Sharing Agreement (CSA)* reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefónica Internacional;
- p) Aluguel de prédios próprios onde está instalada a Telefónica Serviços Empresariais do Brasil e Telefónica Transportes e Logística;

- q) Ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre as empresas do Grupo Telefónica com a Telfisa ; e
- r) Soluções integrais de aprendizagem *on line* (cursos de formação na modalidade *e-learning*), prestados pela T.Learning Services Brasil.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

Balanco Patrimonial - Ativo								
		Em 30.09.15			Em 31.12.14			
		Ativo circulante			Ativo não circulante	Ativo não circulante		
		Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos
Natureza da transação								
Empresas								
Controladoras								
SP Telecomunicações Participações	l)	-	88	12	452	71	12.798	4.082
Telefónica Internacional	l)	-	-	101.698	-	-	877	13.264
Telefónica	l)	-	-	3.400	-	-	2.339	-
		-	88	105.110	452	71	16.014	17.346
Outras empresas do grupo								
Telefónica USA	j)	-	3.820	-	-	4.114	-	-
Telefónica Chile	k)	-	-	877	-	-	2.506	-
Telefónica Peru	k)	-	927	-	-	485	-	-
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / d) / l)	-	250	569	350	602	608	350
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / d)	-	10.434	172	76	5.633	476	76
Telefónica International Wholesale Services Espanha	j) / k)	-	108.075	-	-	60.696	-	-
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	-	13.905	-	-	6.464	-	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / l) / p)	-	4.439	375	1.700	2.889	517	743
Telefónica Transportes e Logística	a) / d) / l) / p)	-	1.049	25	3	678	169	84
Terra Networks Brasil	a) / d) / l)	-	4.683	7.437	63	4.483	7.434	19
Telefónica Global Technology	l)	-	1.967	6.682	-	1.315	6.458	-
Telefónica Digital España	l)	-	-	-	-	-	-	15.921
Telefónica Learning Services Brasil	a)	-	89	-	-	84	-	-
Telfisa	q)	78.518	-	-	-	-	-	-
Outras	a) / d) / k) / l)	-	44.386	5.594	721	27.534	4.059	262
		78.518	194.024	21.731	2.913	114.977	22.227	17.455
Total		78.518	194.112	126.841	3.365	115.048	38.241	34.801

Balanco Patrimonial - Passivo							
		Em 30.09.15			Em 31.12.14		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
		Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
Natureza da transação							
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	-	29	3.759	2.062	6.029
Telefónica Internacional	l) / o)	66.241	-	-	59.069	-	-
Telefónica	l) m) / n)	2.237	94.218	3.355	271	86.081	13.522
		68.478	94.218	3.384	63.099	88.143	19.551
Outras empresas do grupo							
Telefónica USA	f)	10.889	104	205	-	77	137
Telefónica Peru	k)	2.071	-	-	553	-	-
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	c)	8.977	-	8	3.281	-	8
Telefónica International Wholesale Services Brasil	d) / f) / l)	58.493	1.622	378	67.304	1.470	378
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / k)	9.270	14.623	-	46.271	6.638	-
Telefónica Moviles Del Espanha	k)	14.360	-	-	6.859	-	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	g) / l)	1.012	8	455	7.000	24	560
Telefónica Transportes e Logística	h)	13.252	12	502	20.816	270	259
Terra Networks Brasil	i)	7.478	78	769	2.439	78	769
Telefónica Global Technology	e)	11.928	-	-	12.950	-	-
Telefónica Digital España	o)	18.796	-	-	18.570	590	-
Media Networks Latina America SAC	b)	35.182	-	-	18.128	-	-
Telefónica Learning Services Brasil	r)	8.961	-	-	7.597	-	-
Outras	k)	38.377	6.371	614	24.217	237	614
		239.046	22.818	2.931	235.985	9.384	2.725
Total		307.524	117.036	6.315	299.084	97.527	22.276

Empresas	Natureza da transação	Demonstração dos Resultados	
		Períodos de nove meses findos em	
		30.09.15	30.09.14
Controladoras			
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	(240)	(17.866)
Telefónica Internacional	l) / o)	94.536	69.895
Telefónica	l) / m) / n)	(290.381)	(250.021)
		(196.085)	(197.992)
Outras empresas do grupo			
Telefónica USA	f) / j)	465	1.702
Telefónica Chile	k)	254	(107)
Telefónica de España	k)	-	(77)
Telefónica Peru	k)	(2.243)	(49)
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / c) / d) / l)	(20.057)	(4.396)
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / l)	(178.593)	(136.558)
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	34.821	4.162
Telefónica Mviles Del Espanha	k)	368	(48)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / g) / l) / p)	(6.183)	(47.359)
Telefônica Transportes e Logística	a) / d) / h) / l) / p)	(43.724)	(59.035)
Terra Networks Brasil	a) / d) / l) / i)	1.861	5.284
Telefónica Global Technology	e) / l)	(4.468)	(15.454)
Telefónica Digital España	l) / o)	(36.880)	956
Media Networks Latina America SAC	b)	(28.550)	(5.745)
Telefônica Learning Services Brasil	a) / r)	(31.271)	(6.229)
Outras	a) / d) / k) / l)	(30.471)	(23.115)
		(344.671)	(286.068)
Total		(540.756)	(484.060)

Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foi de R\$72.533 e R\$16.717, respectivamente. Destes montantes, R\$31.905 (R\$12.717 em 30 de setembro de 2014) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$40.628 (R\$4.000 em 30 de setembro de 2014) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupos de Despesas Gerais e Administrativas (nota 24).

Para os trimestres findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

30) SEGUROS

A política da Companhia e controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de ITRs, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 30 de setembro de 2015, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$850.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

31) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica S.A., mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefónica Brasil e Controlada.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia reembolsa à Telefónica S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 30 de setembro de 2015 estão detalhados a seguir:

a) Plano Performance & Investment Plan ("PIP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica S.A.. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

Em 2014 foi aprovada a extensão deste programa por mais 3 ciclos, com duração de 3 anos cada, iniciando em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data de concessão, sendo que as ações são transferidas para os participantes se atingida a meta de TSR.

O ciclo 2012-2015 foi finalizado em junho de 2015 e, com o atingimento do TSR, 68 executivos da Companhia tiveram o direito de receber 258.552 ações da Telefónica S.A..

Os próximos lançamentos estão programados da seguinte forma:

- Ciclo 2013-2016: acontece em junho de 2016, com 75 executivos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 258.886 ações da Telefónica S.A..
- Ciclo 2014-2017: acontece em setembro de 2017, com 81 executivos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 347.160 ações da Telefónica S.A..

O número máximo de ações atribuído nos ciclos em aberto em 30 de setembro de 2015 é o seguinte:

<u>Ciclos</u>	<u>Quantidade de ações iniciais + Co-Investimento (Executivos ativos)</u>	<u>Valor unitário em Euros</u>	<u>Data da finalização</u>
3º ciclo 1º de julho de 2013	258.886	10,87	30 de junho de 2016
4º ciclo 1º de outubro de 2014	347.160	13,93	30 de setembro de 2017

b) Plano Talent for the Future Share Plan ("TFSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

O número máximo de ações atribuído no primeiro ciclo em aberto em 30 de setembro de 2015 é o seguinte:

<u>Ciclo</u>	<u>Quantidade de ações iniciais + Co-Investimento (Executivos ativos)</u>	<u>Valor unitário em Euros</u>	<u>Data da finalização</u>
1º ciclo 1º de outubro de 2014	67.500	12,12	30 de setembro de 2017

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: Global Employee Share Plan ("GESP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 30 de maio de 2014, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica S.A. dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Companhia e Controladas. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica S.A. com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de dois anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica S.A. mediante contribuições mensais de 25 até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra).

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 31 de julho de 2017, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

As despesas da Companhia com os planos de remuneração baseados em ações descritos acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 24).

32) PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo ⁽¹⁾	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Assistência Médica	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev ⁽²⁾	Telefônica Brasil
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Telefônica Data

⁽¹⁾ BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos como Contribuições definidas.

⁽²⁾ Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 32 - Planos de Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Financeiras da Companhia divulgadas para 31 de dezembro de 2014.

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, Debêntures, Letras financeiras e Cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado). Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros sobre o passivo atuarial líquido são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e TData.

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de *superávits* por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e TData.

A seguir, demonstramos a movimentação e saldos consolidados dos planos *superavitários* e *deficitários*:

	Consolidado		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
Saldos em 31.12.13	17.909	(370.351)	(352.442)
Custo do serviço corrente	(1.856)	(67)	(1.923)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	1.584	(29.702)	(28.118)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	2.444	3.964	6.408
Saldos em 30.09.14	20.081	(396.156)	(376.075)
Custo do serviço corrente	(703)	(22)	(725)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	527	(9.900)	(9.373)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	(1.894)	1.934	40
Efeitos em resultados abrangentes	(3.358)	(51.985)	(55.343)
Saldos em 31.12.14	14.653	(456.129)	(441.476)
Custo do serviço corrente	(2.010)	(62)	(2.072)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	1.338	(38.379)	(37.041)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	1.894	4.839	6.733
Saldos em 30.09.15	15.875	(489.731)	(473.856)

Dos montantes de planos *superavitários* apresentados no quadro acima, a Companhia tem registrado R\$15.725 e R\$14.515 em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, nota 10.

33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Operações com Derivativos

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia e GVTPart., tem o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia e a GVTPart. mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia e GVTPart. em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e a GVTPart. calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas. Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação aos objetos dessa cobertura.

Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting*.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia e GVTPart. não possuíam contratos de derivativos embutidos.

Os contratos de derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Consolidado				Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Posição líquida a valor justo		Valor a receber (a pagar)	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Contratos de swaps						
<u>Ponta Ativa</u>						
<u>Moeda estrangeira</u>	3.316.112	12.427.490	3.181.818	13.530.830	757.906	759.118
US\$ (b)	175.238	913.635	350.607	1.377.412	156.741	326.625
EUR (a) (b)	2.865.590	85.671	2.198.132	87.018	428.980	690
LIBOR US\$ (b)	275.284	164.572	633.079	266.687	172.185	92.424
JPY	-	5.065	-	4.781	-	-
EUR (f)	-	11.258.547	-	11.794.932	-	339.379
<u>Taxa pós</u>	1.124.644	1.182.466	1.086.401	1.125.282	18.855	2.294
CDI (a) (b)	169.840	40.799	170.654	40.925	668	21
TJLP (d)	954.804	1.141.667	915.747	1.084.357	18.187	2.273
<u>Índices de inflação</u>	433.564	217.472	476.350	231.938	8.750	5.370
IPCA (c) (e)	205.580	217.472	226.771	231.938	7.291	5.370
IGPM (g)	227.984	-	249.579	-	1.459	-
<u>Ponta Passiva</u>						
<u>Taxa Pré</u>	-	(11.258.547)	-	(11.458.807)	-	(3.254)
NDF PRÉ (f)	-	(11.258.547)	-	(11.458.807)	-	(3.254)
<u>Taxa pós</u>	(4.566.839)	(2.358.445)	(3.539.476)	(2.396.771)	(65.237)	(41.714)
CDI (a) (b) (c) (d) (e) (g)	(4.566.839)	(2.358.445)	(3.539.476)	(2.396.771)	(65.237)	(41.714)
<u>Moeda estrangeira</u>	(307.482)	(210.118)	(489.722)	(312.834)	(4.904)	(2.176)
US\$ (b)	(169.840)	(25.444)	(174.683)	(25.935)	(4.698)	(491)
EUR (a) (b)	-	(20.102)	-	(20.247)	-	(7)
LIBOR US\$ (b)	(137.642)	(164.572)	(315.039)	(266.652)	(206)	(1.678)
Ponta ativa (circulante e não circulante)					785.511	766.782
Ponta passiva (circulante e não circulante)					(70.141)	(47.144)
Valores a receber, líquidos					715.370	719.638

(a) Swap de moeda estrangeira (Euro) x CDI (R\$2.073.564) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados em 2015, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em euros da GVT (valor contábil da dívida financeira de R\$2.074.095).

(b) Swap de moeda estrangeira (Euro) (R\$124.568) e (CDI x Dólar) (R\$170.653) – operações de *swaps* contratadas com vencimentos até 9 de novembro de 2015, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em Euro (valor contábil de R\$174.683 em Dólar).

(c) Swap IPCA x percentual do CDI (R\$31.675) – operações de *swap* contratadas com vencimentos anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$33.218).

(d) *Swap* TJLP x CDI (R\$915.747) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil da dívida financeira de R\$1.313.021).

(e) *Swap* IPCA x CDI (R\$195.096) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (saldo contábil de R\$195.890).

(f) NDF EUR x R\$ e R\$ x EUR – operações a termo contratadas com vencimentos em 2015 com o objetivo de proteger a exposição em Euros da transação assumida na operação de aquisição da GVTPart..

(g) *Swap* IGPM x CDI (R\$249.579) – operações de *swap* contratadas com vencimentos de 2016 até 2018 com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPDI em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G.

A seguir detalhamos os saldos das operações com derivativos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Descrição	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Ponta Ativa				
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos em outros resultados abrangentes	4.449.347	14.657.304	4.449.347	14.657.304
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	11.794.932	-	11.794.932
<i>Swaps</i>	317.908	266.687	317.908	266.687
<i>Fair Value Hedge</i>				
<i>Swaps</i>	4.131.439	2.595.685	4.131.439	2.595.685
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos no resultado	295.221	230.746	295.221	230.746
Derivativos não designados como <i>hedge</i>				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	4.781	-	4.781
<i>Swaps</i>	295.221	225.965	295.221	225.965
Ativo circulante	3.104.174	13.282.083	3.104.174	13.282.083
Ativo não circulante	1.640.394	1.605.967	1.640.394	1.605.967
Descrição	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Ponta Passiva				
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos em outros resultados abrangentes	3.734.447	13.938.826	3.734.447	13.938.826
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	11.458.807	-	11.458.807
<i>Swaps</i>	148.273	174.263	148.273	174.263
<i>Fair Value Hedge</i>				
<i>Swaps</i>	3.586.174	2.305.756	3.586.174	2.305.756
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos no resultado	658.498	229.586	658.498	229.586
Contraprestação contingente	363.747	-	363.747	-
Derivativos não designados como <i>hedge</i>				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	5.271	-	5.271
<i>Swaps</i>	294.751	224.315	294.751	224.315
Passivo circulante	2.629.801	12.691.155	2.629.801	12.691.155
Passivo não circulante	1.763.144	1.477.257	1.763.144	1.477.257

A seguir demonstramos a distribuição consolidada dos vencimentos dos contratos de *swap* em 30 de setembro de 2015:

Contrato de swap	Vencimento em				Valor a receber (pagar) em 30.09.15
	2015	2016	2017	2018 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	505.235	83.268	90.496	78.605	757.604
CDI x Moeda Estrangeira	(4.029)	-	-	-	(4.029)
TJLP x CDI	(6.404)	(24.285)	(7.126)	18.065	(19.750)
IPCA x CDI	(2.031)	(2.344)	(2.242)	(12.315)	(18.932)
IGPM x CDI	-	1.459	(419)	(563)	477
Forward	-	-	-	-	-
Total	492.771	58.098	80.709	83.792	715.370

Para fins de preparação das ITRs, a Companhia e a GVTPart. adotaram a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI e TJLP x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 30 de setembro de 2015 foi de R\$2.661 (R\$2.195 em 31 de dezembro de 2014).

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, as operações com derivativos geraram resultado positivo e negativo consolidado (líquido) de R\$1.008.343 e R\$6.259, respectivamente (nota 26).

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia ou GVTPart..

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia e a GVTPart. possuem somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado a seguir:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

Consolidado		Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Operação	Risco			
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	124.568	155.718	186.886
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(107.781)	(134.727)	(161.672)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	10.578	13.222	15.867
	Exposição Líquida	27.365	34.213	41.081
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	2.073.564	2.592.682	3.112.094
Compromisso firme em EUR	Dívida EUR (Risco valorização EUR)	(2.073.564)	(2.592.682)	(3.112.094)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(174.683)	(218.369)	(262.042)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(93.960)	(117.450)	(140.940)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	273.734	342.167	410.601
	Exposição Líquida	5.091	6.348	7.619
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	226.771	249.733	277.439
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(226.976)	(249.948)	(277.679)
	Exposição Líquida	(205)	(215)	(240)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IGP-DI)	248.379	252.615	257.038
Dívida em IGP-DI	Dívidas (Risco aumento IGP-DI)	(248.379)	(252.615)	(257.038)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	668.647	855.111	1.050.351
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(666.360)	(852.132)	(1.046.624)
	Exposição Líquida	2.287	2.979	3.727
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	915.747	961.025	1.010.871
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(915.789)	(961.070)	(1.010.921)
	Exposição Líquida	(42)	(45)	(50)
Hedge (ponta CDI)				
Hedge USD e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(1.598.596)	(1.598.634)	(1.598.672)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(245.703)	(245.770)	(245.829)
Hedge IGPM (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(249.100)	(249.100)	(249.100)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(339.927)	(344.469)	(348.549)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(935.497)	(936.367)	(937.161)
	Exposição Líquida	(3.368.823)	(3.374.340)	(3.379.311)
Exposição líquida total em cada cenário		(3.334.327)	(3.331.060)	(3.327.174)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	3.267	7.153

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
USD	3,9729	4,9661	5,9594
EUR	4,4508	5,5636	6,6763
JPY	0,0332	0,0415	0,0497
IPCA	9,5%	11,9%	14,2%
IGPM	8,4%	10,4%	12,5%
IGP-DI	9,3%	11,6%	14,0%
UMBND	0,0803	0,1004	0,1205
URTJLP	1,9764	2,4706	2,9647
CDI	14,1%	17,7%	21,2%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de setembro de 2015, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia e GVTPart.. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

b) Valor Justo

A Companhia e controladas procederam uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia ou controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Controladora						
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado		5.293.875	3.835.304	5.293.875	3.835.304
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		6.879.814	6.470.764	6.879.814	6.470.764
	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	5.265	2.218	5.265	2.218
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	78.086	611.721	78.086	611.721
Não Circulante						
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		237.528	190.288	237.528	190.288
Participações societárias (nota 11)	Disponível para venda	Nível 3	7.877.270	1.232.956	7.877.270	1.232.956
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	277.777	152.843	277.777	152.843
Total de ativos financeiros			20.649.615	12.496.094	20.649.615	12.496.094
Controladora						
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		7.302.315	7.675.632	7.302.315	7.675.632
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		683.725	1.509.471	829.010	1.646.869
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		776.598	755.047	1.147.133	1.053.265
	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.796	568	4.796	568
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	28.565	22.443	28.565	22.443
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		1.867.717	2.123.126	1.648.111	1.899.755
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.419.731	3.411.616	3.018.281	3.077.269
	Mensurado a valor justo por meio do resultado		363.747	-	363.747	-
Contraprestação contingente (nota 20)						
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	36.780	24.133	36.780	24.133
Total de passivos financeiros			14.483.974	15.522.036	14.378.738	15.399.934
Consolidado						
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado		6.315.241	4.692.689	6.315.241	4.692.689
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		8.169.311	6.724.061	8.169.311	6.724.061
	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	5.265	2.218	5.265	2.218
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	502.469	611.721	502.469	611.721
Não Circulante						
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		352.191	299.405	352.191	299.405
Participações societárias (nota 11)	Disponível para venda	Nível 3	105.537	79.805	105.537	79.805
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	277.777	152.843	277.777	152.843
Total de ativos financeiros			15.727.791	12.562.742	15.727.791	12.562.742

Consolidado						
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			30.09.15	31.12.14	30.09.15	31.12.14
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		8.001.500	7.641.191	8.001.500	7.641.191
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		3.136.950	1.509.471	3.352.343	1.646.869
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		776.598	755.047	1.147.133	1.053.265
	Mensurado a valor justo por					
Operações com derivativos (nota 33)	meio do resultado	Nível 2	4.796	568	4.796	568
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	28.565	22.443	28.565	22.443
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		3.046.222	2.123.126	2.578.144	1.899.755
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.419.731	3.411.616	3.018.281	3.077.269
	Mensurado a valor justo por					
Contraprestação contingente (nota 20)	meio do resultado		363.747	-	363.747	-
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	36.780	24.133	36.780	24.133
Total de passivos financeiros			18.814.889	15.487.595	18.531.289	15.365.493

c) Gestão de Capital e Política de Gestão de Riscos

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2015, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e controladas incluem na estrutura de dívida líquida os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente e operações com derivativos (nota 20), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 4) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	30.09.15	31.12.14
Caixa e equivalentes de caixa	6.315.241	4.692.689
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente e operações com derivativos (líquidos de aplicações financeiras em garantia à dívida)	(9.973.622)	(7.019.168)
Endividamento líquido	3.658.381	2.326.479
Patrimônio líquido	67.403.199	44.950.095
Índice de endividamento líquido	5,43%	5,18%

Política de Gestão de Riscos

A Companhia e controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e controladas são:

a) Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia e controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2015, 27,2% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (15,9% em 31 de dezembro de 2014). A Companhia e controladas contratam operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$2.727.043 e R\$1.237.422 em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia e controladas visam cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$21.839 mil a receber e €45.826 mil a pagar em 30 de setembro de 2015 e US\$29.676 mil a receber e €20.700 mil a pagar em 31 de dezembro de 2014) para minimizar seus riscos cambiais.

b) Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que, no mês de março de 2015, decidiu aumentar para 6,00% ao ano de 1º de abril até 30 de junho de 2015. A alta da TJLP foi de 0,50 ponto porcentual em relação à taxa que vigorava, de 5,50% ao ano. De julho a setembro de 2015, a taxa passou para 6,50% ao ano.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$6.176.814 (R\$4.628.679 em 31 de dezembro de 2014), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia ou controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e controladas é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, demonstramos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, previstos em contratos:

Em 30 de setembro de 2015	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	8.001.500	-	-	-	8.001.500
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	3.136.950	896.895	1.860.967	288.360	6.183.172
Debêntures (nota 20)	776.598	1.999.338	1.406.518	13.875	4.196.329
Contraprestação contingente (nota 20)	-	-	-	363.747	363.747
Operações com derivativos (nota 33)	33.361	14.965	6.472	15.343	70.141
Total	11.948.409	2.911.198	3.273.957	681.325	18.814.889

Em 31 de dezembro de 2014	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	7.641.191	-	-	-	7.641.191
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	1.509.471	602.892	1.401.595	118.639	3.632.597
Debêntures (nota 20)	755.047	-	3.397.741	13.875	4.166.663
Operações com derivativos (nota 33)	23.011	11.617	8.560	3.956	47.144
Total	9.928.720	614.509	4.807.896	136.470	15.487.595

d) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

34) COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e controladas alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e *sites* onde se encontram instaladas estações rádio base, por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 30 de setembro de 2015, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	1.598.875	1.780.677
Um ano até cinco anos	5.729.040	6.333.307
Mais de cinco anos	6.705.698	7.217.691
Total	14.033.613	15.331.675

35) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PRO FORMA (NÃO AUDITADAS OU REVISADAS)

Em atendimento à Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015 e ao disposto na Deliberação CVM nº 709 de 2 de maio de 2013, a Companhia apresenta a seguir, as demonstrações dos resultados consolidadas pro forma não auditadas ("DREs") referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014.

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

	Telefônica Brasil consolidado	GVTPart consolidado	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Total Pro Forma
Receita operacional líquida	34.999.969	5.416.755	(20.090)	(178.425)	40.218.209
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(17.222.675)	(2.696.453)	(62.159)	178.425	(19.802.862)
Lucro bruto	17.777.294	2.720.302	(82.249)	-	20.415.347
Receitas (despesas) operacionais	(12.668.265)	(1.614.954)	(345.540)	-	(14.628.759)
Despesas com comercialização	(10.466.725)	(1.120.526)	(320.803)	-	(11.908.054)
Despesas gerais e administrativas	(1.803.803)	(450.275)	-	-	(2.254.078)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(397.737)	(44.153)	(24.737)	-	(466.627)
Lucro operacional	5.109.029	1.105.348	(427.789)	-	5.786.588
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(361.995)	(171.377)	-	-	(533.372)
Resultado de equivalência patrimonial	6.940	-	-	-	6.940
Lucro antes dos tributos	4.753.974	933.971	(427.789)	-	5.260.156
Imposto de renda e contribuição social	182.685	(302.594)	145.448	-	25.539
Lucro líquido do exercício	4.936.659	631.377	(282.341)	-	5.285.695

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015

	Telefônica Brasil, consolidado para os nove meses findos em 30.09.15	GVTPart, Consolidado para o período de quatro meses findos em 30.04.15	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Total Pro Forma
Receita operacional líquida	29.525.983	1.899.513	-	(52.644)	31.372.852
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(14.987.070)	(991.472)	(17.134)	52.644	(15.943.032)
Lucro bruto	14.538.913	908.041	(17.134)	-	15.429.820
Receitas (despesas) operacionais	(10.786.600)	(564.647)	(131.853)	-	(11.483.100)
Despesas com comercialização	(8.875.775)	(407.697)	(126.328)	-	(9.409.800)
Despesas gerais e administrativas	(1.449.255)	(154.155)	-	-	(1.603.410)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(461.570)	(2.795)	(5.525)	-	(469.890)
Lucro operacional	3.752.313	343.394	(148.987)	-	3.946.720
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(647.919)	(260.520)	-	-	(908.439)
Resultado de equivalência patrimonial	1.469	-	-	-	1.469
Lucro antes dos tributos	3.105.863	82.874	(148.987)	-	3.039.750
Imposto de renda e contribuição social	(770.163)	(30.492)	50.656	-	(749.999)
Lucro líquido do período	2.335.700	52.382	(98.332)	-	2.289.750

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014

	Telefônica Brasil consolidado	GVTPart consolidado	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Total Pro Forma
Receita operacional líquida	25.952.439	4.006.892	(14.840)	(135.145)	29.809.346
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(12.806.037)	(2.004.167)	(47.416)	135.145	(14.722.475)
Lucro bruto	13.146.402	2.002.725	(62.256)	-	15.086.871
Receitas (despesas) operacionais	(9.433.499)	(1.190.386)	(262.463)	-	(10.886.348)
Despesas com comercialização	(7.685.284)	(830.155)	(240.545)	-	(8.755.984)
Despesas gerais e administrativas	(1.414.337)	(337.089)	-	-	(1.751.426)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(333.878)	(23.142)	(21.918)	-	(378.938)
Lucro operacional	3.712.903	812.339	(324.719)	-	4.200.523
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(276.770)	28.033	-	-	(248.737)
Resultado de equivalência patrimonial	6.502	-	-	-	6.502
Lucro antes dos tributos	3.442.635	840.372	(324.719)	-	3.958.288
Imposto de renda e contribuição social	233.113	(276.432)	110.404	-	67.085
Lucro líquido do período	3.675.748	563.940	(214.315)	-	4.025.373

Notas Explicativas para as DREs

1) Descrição das transações e base para elaboração das informações financeiras consolidadas *pro forma*

a) Base para elaboração das DREs

As informações contábeis históricas referentes à Companhia utilizadas na elaboração destas DREs foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e das informações trimestrais para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014.

As informações contábeis históricas referentes à GVTPart. utilizadas na elaboração destas DREs, foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014.

Estas informações financeiras *pro forma* devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das companhias envolvidas.

As DREs refletem os efeitos da aquisição de 100% do capital social da GVTPart. e foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição da GVTPart. ter ocorrido em 1º de janeiro de 2014.

As DREs não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva da Companhia.

2) Ajustes *pro forma*

As DREs foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas de cada sociedade e os ajustes *pro forma* foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis.

Os ajustes demonstrados na demonstração dos resultados refletem: i) depreciações da mais (menos) valia do ativo imobilizado; ii) amortizações da mais (menos) valia do ativo intangível; iii) amortizações da marca; iv) amortizações da carteira de clientes; v) imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) e; vi) eliminações entre as sociedades, conforme demonstrados a seguir:

	Grupo nas Demonstrações de Resultados	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014	Exercício de 2014
Depreciação de mais (menos) valia do ativo imobilizado adquirido	(a)	(2.809)	(6.321)	(8.428)
Amortização de mais (menos) valia do ativo intangível adquirido	(a)	(5.877)	(13.224)	(17.632)
Amortização da Marca	(b)	(13.111)	-	-
Amortização da Carteira de Clientes	(b)	(110.062)	(247.639)	(330.185)
Outros		(17.128)	(57.536)	(71.545)
Tributos diferidos sobre ajustes acima	(c)	50.656	110.404	145.448
Eliminações	(d)	52.644	135.145	178.425

(a) Valores alocados como "Custos dos serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas";

(b) Valores alocados como "Despesas com Comercialização";

(c) Valores de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes;

(d) Valores alocados como "Receita Operacional Líquida e Custos dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas", basicamente relacionados a interconexão e uso de redes.

36) EVENTOS SUBSEQUENTES

Repactuação das Debêntures da 2ª Série da 4ª Emissão

Em reunião realizada em 3 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as condições para a repactuação da 2ª Série da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, conforme o Aviso aos Debenturistas divulgado em 22 de setembro de 2015 (nota 20).

Dividendos Intermediários deliberados pela TData

Em reunião realizada em 6 de outubro de 2015, foi aprovada pela Diretoria da TData, *ad referendum* de sua Assembleia Geral, o crédito de dividendos com base no lucro apurado no balanço do semestre encerrado em 30 de junho de 2015, no montante de R\$404.000, equivalente a R\$0,149401512112 por ação ordinária, em conformidade com o artigo 20 do Estatuto Social da TData.

O pagamento destes dividendos será iniciado até o final do exercício social de 2015, em data a ser definida pela Diretoria, obedecida a posição acionária constante dos registros da TData ao final do dia 6 de outubro de 2015, inclusive.

Juros sobre o Capital Próprio Intermediários deliberados pela Companhia

Em reunião realizada em 19 de outubro de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2015, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, no montante bruto de R\$88.000, equivalente a R\$0,048871837445 por ação ordinária e R\$0,053759021190 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$74.800, equivalente a R\$0,041541061828 por ação ordinária e R\$0,045695168011 por ação preferencial, apurados com base no lucro líquido apresentado no balanço de 31 de agosto de 2015.

O pagamento destes proventos será realizado até o final do exercício social de 2016, em data a ser definida pela Diretoria e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 31 de agosto de 2015, inclusive.

Aumentos de Capital na GVTPart. e GVT

Em 26 de outubro de 2015, a GVTPart. integralizou um aumento de capital no montante de R\$1.740.025, mediante a emissão de 1.740.024.965 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas em sua totalidade pela Companhia. Desta forma, o capital social integralizado da GVTPart. passou de R\$11.758.765 para R\$13.498.790, representado por 13.498.790.549 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Nesta mesma data, a GVT integralizou um aumento de capital no montante de R\$1.740.025, mediante a emissão de 1.740.024.965 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas em sua totalidade pela GVTPart.. Desta forma, o capital social integralizado da GVT passou de R\$6.006.320 para R\$7.746.345, representado por 13.498.790.549 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Quitação 2ª Tranche – Senior Debt

Em 26 de outubro de 2015, a GVT. efetuou o pagamento integral da 2ª tranche da captação realizada junto ao banco *Societe Generale* em 28 de abril de 2015, no montante de €465 milhões (equivalente a R\$2.008.154). Nesta mesma data, houve a quitação da operação de swap atrelada que transformava o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.